



ENTREVISTA

Ana Carla Abrão Costa aponta riscos e possibilidades para a economia em 2008

GOIÁS INDUSTRIAL

Revista do Sistema Federação das
Indústrias do Estado de Goiás

NESTE JOGO, TODOS SAEM GANHANDO

INVESTIMENTOS EM EFICIÊNCIA
ENERGÉTICA TRAZEM
CUSTOS MAIS BAIXOS
PARA A INDÚSTRIA,
AMPLIANDO SUA
COMPETITIVIDADE.
E PODEM AJUDAR
A EVITAR NOVO
APAGÃO



18º
concurso



Inscrições
Modalidades

1º a 30 de abril de 2008

Artes Plásticas: Pintura, Escultura e Desenho
Literatura: Conto e Poesia

Realização



Apoio Cultural



CAIXA

Mais informações nas unidades do Sesi



(62) 3219-1313
www.sesgo.org.br



Paulo Afonso Ferreira
pauloafonso@sistemafieg.org.br

A **Goiás Industrial** está consagrada como a mais antiga publicação na área de economia no Estado

Renovar é preciso

Quando a revista **Goiás Industrial** circulou pela primeira vez, Getúlio Vargas era o presidente da República, Pedro Ludovico Teixeira, o governador de Goiás, e o professor Venerando de Freitas Borges, o prefeito de Goiânia - todos eles, por coincidência, pela segunda vez. Rudimentar, em todos os sentidos, era a indústria de Goiás, então considerado um Estado essencialmente agropastoril.

Hoje, a difícil tarefa de escrever a história da industrialização goiana fica mais fácil consultando a coleção da **Goiás Industrial**, documento vivo dos últimos 54 anos desse processo gerador de prosperidade e bem-estar social. Sua edição número 1 foi lançada em junho de 1953, como "órgão oficial da Federação das Indústrias do Estado de Goiás", exatamente um mês após a instalação da entidade.

"Não seria cabível num Estado como este, onde o progresso desafia as mais avançadas previsões, estivessem os industriais sem um veículo para levar a outras paragens o noticiário do sempre contínuo desenvolvimento goiano. Especialmente na atual conjuntura, quando Goiás é focalizado intensamente, sendo apontado como berço para acolher a futura capital federal, mais ainda se evidencia a imperiosa necessidade de projetarmos lá fora o nosso parque industrial e as nossas possibilidades para receber novas

indústrias." Esta foi a justificativa de seu editorial de apresentação.

Decorrido mais de meio século, a **Goiás Industrial** está consagrada como a mais antiga publicação na área de economia no Estado, de circulação ininterrupta, com informações e análises de atividades não apenas da indústria mas também de outros setores produtivos. Sua distribuição alcança todo o Sistema Confederação Nacional da Indústria, nas 27 unidades federativas, entidades empresariais diversas, empresas de Goiás e fora dele, embaixadas, universidades, bibliotecas, órgãos públicos, instituições financeiras e culturais e veículos de comunicação social.

Como na dinâmica da vida, a renovação é uma regra permanente, a **Goiás Industrial** nunca esteve pronta e acabada e, hoje, inicia nova fase, adaptando-se à evolução de um jornalismo cada vez mais exigente e minucioso.

A missão de renovar a revista, confiada a empresa especializada, resultou em um layout contemporâneo, que acompanha as tendências verificadas nas principais publicações empresariais do País e possibilita leitura fácil e dinâmica das



Layout embrião de estudos das mudanças promovidas na **Goiás Industrial**: evolução gráfica e editorial

notícias de conjuntura econômica, em geral de apresentação árida, explicações desinteressantes e compreensão difícil.

Não se trata, no entanto, de amenizar os conteúdos, mas de

oferecê-los de forma a atrair sempre mais a atenção do leitor, neles encontrando assuntos que influenciam o dia-a-dia das indústrias, bem como relacionados às ações da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, dos sindicatos que o integram, do Sesi, do Senai, do IEL e do ICQ Brasil, que constituem o Sistema Fieg.

Renovar é preciso, mas preservando os valores tradicionais e essenciais de uma publicação que sempre cumpriu sua missão, convivendo com o sucesso. ■





EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E LUCROS

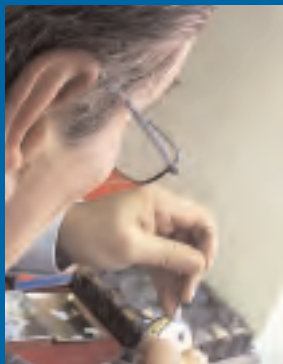
12 Como o País (e a indústria) pode evitar um desperdício anual que consome até R\$ 10 bilhões por ano

INVESTIMENTOS À VISTA

21 Sondagem da Fieg mostra que 88,5% dos empresários pretendem continuar investindo



índice



EM RITMO ACCELERADO

24 Com a criação de mais de 11 mil empregos em janeiro, Goiás anota segundo melhor desempenho no País

ANTES DO EMBARGO

25 Exportações mais que dobraram no começo do ano, especialmente por causa do avanço nas vendas de carnes ao exterior. O milho (foto) foi outro destaque.



ENTREVISTA

10 A economista Ana Carla Abrão Costa analisa a crise nos EUA e fala sobre o que esperar para a economia em 2008



COMEMORAÇÃO

32 IEL completa 38 anos de trabalhos prestados à indústria com novos desafios e compromissos para o futuro

PARA EXECUTIVOS

31 Capacitação abre novos horizontes para empresários e diretores de indústrias

TUBERCULOSE

36 Sesi realiza campanha para prevenir e controlar a doença entre trabalhadores da indústria



INTEGRAÇÃO

33 Sesi e Senai passam a desenvolver projeto pedagógico que integra ensino médio e educação profissional

GOIASINDUSTRIAL



Direção

José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo

Joelma Pinheiro

Edição

Lauro Veiga Filho

Subeditor

Dehovan Lima

Reportagem

Andelaide Pereira, Célia Oliveira,
Geraldo Neto, Débora Maria
Orsida, Divina Rosa, Jávier
Godinho, Dorothy Menezes,
Fernanda Guirra, Heloísa Lima e
Naiara Gonçalves

Colaboração

Wellington da Silva Vieira

Fotografia:

Silvio Simões

Projeto gráfico

Wesley Cesar

Diagramação e produção

Clarim Comunicação e Marketing
Rua S-6 nº 129, Sala 01,
Setor Bela Vista
(62) 3624-0201
clarimcomunicacao@gmail.com

Publicidade

ND Editora e Publicidade Ltda.
Rua 1034, nº 49, Setor Pedro
Ludovico, 74823-190 -
Goiânia-GO
(62) 3255-6262
nd@ndeditora.com.br

Fotofixo

Oficina de Arte

Impressão

Gráfica Kelps (Asa Editora)

As opiniões contidas em
artigos assinados são de
responsabilidade de seus autores
e não refletem necessariamente a
opinião da revista

Sistema FIEG

Federação das Indústrias
do Estado de Goiás

Presidente

Paulo Afonso Ferreira

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano
Franco, Casa da Indústria - Vila Nova
CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300
Fax (62) 3229-2975

Home page:

www.sistemafieg.org.br

E-mail

fieg@sistemafieg.org.br

NÚCLEO REGIONAL DA FIEG EM ANÁPOLIS

Presidente: Waldyr O'Dwyer

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A,
Bairro Jundiá, CEP 75113-630,
Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768/3311-5565

E-mail:

nureaps@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional:

Paulo Afonso Ferreira

Superintendente:

Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor Regional: Daniel Viana

Superintendente: Paulo Galeno
Paranhos

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem
Industrial

Diretor Regional: Paulo Vargas

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretor Regional: Daniel Viana

Superintendente: Paulo Galeno
Paranhos

Diretoria da FIEG

Presidente

Paulo Afonso Ferreira

1º vice-presidente

Pedro Alves de Oliveira

2º vice-presidente

Wilson de Oliveira

3º vice-presidente

Ivan da Glória Teixeira

1º secretário

Hélio Naves

2º secretário

Luiz Gonzaga de Almeida

1º tesoureiro

Domingos Sávio Gomes de
Oliveira

2º tesoureiro

Antônio de Sousa Almeida

Diretores

César Helou
Segundo Braoios Martinez
Ubiratan da Silva Lopes
Marley Antônio da Rocha
Joviano Teixeira Jardim
Frederico Martins Evangelista
Jorge Luiz Biasuz Meister
Aluísio Quintanilha de Barros
João Essado
Flávio Paiva Ferrari
Eduardo Cunha Zuppani
Laerte Simão
Luiz Antônio Vessani
José Vieira Gomide Júnior
Carlos Alberto Vieira Soares
Fábio Rassi
Sávio Cruvinel Câmara
Elton Teles de Campos
José Luiz Martin Abuli
Eurípedes Felizardo Nunes
Aldrovando D. de Castro Júnior
José Magno Pato
Domingos Vilefort Orzil
Roberto Guimarães Mendes
Raimundo Viana Dutra
Carlos Alberto Diniz
Humberto Rodrigues de oliveira
Mário Renato G. de Azeredo

Conselho Fiscal

Daniel Viana
Heno Jácomo Perillo
Waldyr O'Dwyer

Conselho de representantes junto à CNI

Paulo Afonso Ferreira
Sandro Antônio Scodro Mabel

Conselho de representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior
Álvaro Otávio Dantas Maia
Anísio Queiroz de Carvalho Jr.
Antônio Clóvis Carneiro
Carlos Alberto Diniz
Carlos Alberto Vieira Soares
Carlos José de Moura Júnior
Carlos Queiroz de Paula e Silva
Carlos Roberto de Araújo
Carlos Roberto Viana
Cyro Miranda Gifford Júnior
Daniel Viana
Domingos Sávio G. de Oliveira
Eduardo Cunha Zuppani
Elton de Teles Campos
Emílio Carlos Bittar
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Paiva Ferrari
Francisco Gonzaga Pontes
Francisco de Paula e Silva
Frederico Martins Evangelista
Henrique Wilhem Morg de Andrade
Hélio Naves
Heno Jácomo Perillo
Jaime Canedo
Jair Rizzi
Jerry de Paula
João Essado
Joaquim Cordeiro de Lima
Jorcelino José Nunes Neto
Jorge Luiz Biasuz Meister
José Antônio Vitti
José Divino Arruda
José Francisco de Souza
José Luiz Martin Abuli
José Magno Pato
José Romoaldo Maranhão Neto
José Vieira Gomide Júnior
Laerte Simão
Leonardo Jayme de Arimatéa
Leopoldo Moreira Neto
Luiz Antônio Vessani
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Rézio
Manoel Paulino Barbosa
Mário Drummond Diniz
Marley Antônio Rocha
Mário Renato Guimarães Azeredo
Nelson Pereira dos Reis
Onofre Andrade Pereira
Orizomar Araújo de Siqueira
Paulo Afonso Ferreira
Pedro Alves de Oliveira
Pedro de Souza Cunha Júnior
Roberto Elias de Lima Fernandes
Sandro Antônio Scodro Mabel
Sávio Cruvinel Câmara
Sebastião Elias Barbosa
Segundo Braoios Martinez
Ubiratan da Silva Lopes
Valdenício Rodrigues de Andrade
Walterci de Melo
Wellington Soares Carrijo
Wilson de Oliveira

Conselhos Temáticos

Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Presidente

Ivan da Glória Teixeira

Vice-Presidente

Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático de Meio Ambiente

Presidente

Henrique W. Morg de Andrade

Vice-Presidente

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

Conselho Temático de Infra-Estrutura

Presidente

José Rodrigues Peixoto Neto

Vice-Presidente

Roberto Elias de Lima Fernandes

Conselho Temático de Política Econômica

Presidente

Beyle de Abreu Freitas

Conselho Temático de Relações do Trabalho

Presidente

Hélio Naves

Vice-Presidente

Orizomar Araújo de Siqueira

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa

Presidente

Humberto Rodrigues de Oliveira

Vice-Presidente

Carlos Alberto Vieira Soares

Conselho Temático de Responsabilidade Social

Presidente

Antônio de Souza Almeida

Vice-Presidente

Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático de Agronegócio

Presidente

Rodrigo Penna de Siqueira

Vice-Presidente

Segundo Braoios Martinez

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais

Presidente

Ronaldo Jair Sales

Vice-Presidente

Alberto Borges

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente

Alexandre Costa

Vice-Presidente

Marduk Duarte

Rede Metrológica Goiás

Presidente

Heribaldo Egídio

Sindicatos com sede na Federação das Indústrias do Estado de Goiás - FIEG

Av. Anhangüera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia-GO, CEP 74043-010

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone (62) 3224-4253 / Fax 3224-9226 - siaeg@terra.com.br

SIEEG

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
Presidente: Nelson Pereira dos Reis
Fone (62) 3212-6092/Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone (62) 3223-6515/Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás
Presidente: Orizomar Araújo de Siqueira
Fone/Fax (62) 3224-4462 - contato@simelgo.org.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado

de Goiás
Presidente: Mário Drummond Diniz
Fone (62) 3229-2427/Fax 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva
Fone/Fax (62) 3223-6667

SINCAFE

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
Presidente: Sávio Cruvinel Câmara
Fone (62) 3212-7473/Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINDAGO

Sindicato dos Azeiteiros do Estado de Goiás
Presidente: Carlos Alberto Diniz
Fone/Fax (62) 3223-6667

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
Presidente: Daniel Viana
Fone (62) 3223-2050

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras

do Estado de GO, TO e DF
Presidente: Fábio Rassi
Fone/Fax (62) 3223-6667
sindibrita@sistemafieg.org.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás
Presidente: Flávio Ferrari
Fone (62) 3225-6412/Fax 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal
Presidente: José Magno Pato
Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarne@sistemafieg.org.br

SINDICURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás
Presidente: João Essado
Fone (62) 3213-4900/Fax 3212-3970
sindicurti@uol.com.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás
Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone (62) 3225-7888
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia
Presidente: Frederico Martins Evangelista
Rua I.137, nº 87 - Setor Marista - CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3092-4477 - agicon@agicon.com.br

SINDUSCON-GO

Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás
Presidente: Roberto Elias de Lima Fernandes
Rua João de Abreu, nº 427 - Setor Oeste - CEP 74120-110 - Goiânia-GO
Fone (62) 3095-5155/Fax 3095-5176/5177
contato@sinduscongoias.com.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás
Presidente: César Helou
Fone (62) 3212-1135/Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SINDIPÃO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás
Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
Telefax (62) 3225-1016
sindipao@sistemafieg.org.br

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás
Presidente: José Francisco de Souza
Fone (62) 3224-0121 - sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás
Presidente: Manoel Paulino Barbosa
Fone/Fax (62) 3224-7296
sindmoves@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste
Presidente: André Lavor Pagels Barbosa
Fone (62) 3223-9703 - sindtrigo@sistemafieg.org.br

SININCEG

Sindicato das Indústrias de Calário, Cal e Derivados no Estado de Goiás
Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINPROCIM

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás
Presidente: Marley Antônio da Rocha
Fone (62) 3224-0456/Fax 3224-0338
siac@sistemafieg.org.br

SINDQUÍMICA

Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Eduardo Cunha Zuppani
Fone (62) 3212-3794/Fax 3225-0074
sinquifar@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás
Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

Outros endereços

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
Presidente: Pedro Alves de Oliveira
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno - CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3251-3691 - siago@cultura.com.br

SIFAÇÚCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Alcool no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045 - sifaeg@terra.com.br

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano
Presidente: Wellington Soares Carrijo
Rua Costa Gomes, nº 143 - Jardim Marconal - CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax (64) 3613-4810

Anápolis

**Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis/GO
CEP 75113-630 Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3311-5565
sind.industria@terra.com.br**

SIAA

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis
Presidente: Wilson de Oliveira

SICMA

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis
Presidente: Ubiratan da Silva Lopes

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Ivan da Glória Teixeira

SIMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis
Presidente: Elton de Teles Campos

SINDICER

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás
Presidente: Laerte Simão

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis
Presidente: José Vieira Gomide Júnior

Para além da turbulência externa

■ Lauro Veiga Filho

Até o momento, todos os indicadores disponíveis sugerem que a economia global caminha para uma fase de desaceleração, mas com manutenção de algum crescimento, num ritmo que permitirá à economia brasileira - e a goiana, por extensão - preservar taxas ainda robustas de desempenho, embora mais modestas do que em 2007. Essas e outras análises você confere na entrevista da economista-chefe da Tendências Consultoria, Ana Carla Abrão Costa.

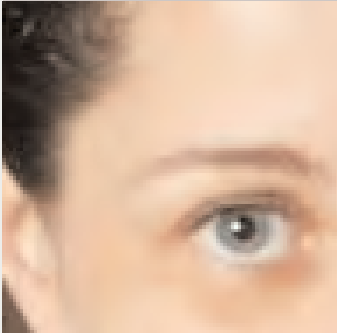
Como se explica o estouro da crise envolvendo títulos de hipoteca de alto risco nos Estados Unidos e quais seus possíveis desdobramentos para a economia brasileira?

Ana Carla Abrão Costa - A questão da crise americana começou com o problema da "bolha" no mercado imobiliário. Os preços nesse mercado começaram a seguir uma trajetória crescente muito forte, durante um período relativamente longo. Ocorreram, na verdade, dois movimentos que explicam o problema da crise atual. Primeiro, os bancos acabaram se mostrando menos rigorosos na concessão de crédito, basicamente porque havia a crença de que os preços dos imóveis continuariam crescendo em função dos colaterais (garantias) que estavam vinculados às operações de crédito serem muito fortes, muito valorizados. Portanto, os bancos entraram num processo de

concessão de crédito mais leniente.

Qual o segundo movimento?

Ana Carla - De outro lado, a sofisticação do mercado norte-americano permitiu que esses créditos, que na sua origem eram créditos mais arriscados, pudessem ser fatiados em operações derivativas que não refletiam esse risco. Na verdade, em função de garantias externas e de uma série de especificidades, tínhamos papéis lastreados em operações ruins, mas com uma classificação de risco triplo A (nível mais elevado adotado pelas agências de classificação, ratificando a boa qualidade dos papéis), por exemplo. Com isso, bancos assumiram riscos muito superiores aos riscos reais, tanto pelo lado da origem, quanto pelo lado dos ativos financeiros que eles passaram a carregar e a vender, não só nos Estados Unidos, mas na Europa e no Japão também, ativos finan-



“A economia americana entrou num processo recessivo em função de uma contração grande do crédito, que na verdade está só no início”



ceiros que eram mais arriscados do que a sua classificação parecia refletir.

Quais as primeiras consequências dessa estratégia?

Ana Carla - Em determinado momento, houve a reversão desse processo em função do estouro da bolha. Houve uma correção no mercado imobiliário, os preços dos imóveis começaram a cair e isso detonou um processo inverso, com aumento da inadimplência, de correção novamente dos ativos financeiros, e com isso o mercado financeiro se mostrou descapitalizado. Esse é o grande problema, porque sobreveio uma crise, que era restrita ao mercado imobiliário, especificamente ao mercado de crédito imobiliário americano, e que se alastrou para o mercado de crédito de uma maneira geral. Os bancos se retraíram, encolhendo os empréstimos, e a economia americana é movida a consumo que, por sua vez, é movido a crédito. Surgiram aí os primeiros sinais claros de que a economia americana havia entrado num processo recessivo em função de uma contração grande do crédito, que na verdade está só no início.

Ainda não se tem uma informação precisa a respeito do tamanho desse rombo.

Ana Carla - O ponto é esse. A incerteza hoje é muito grande. Não se sabe na verdade quão mais intensa e quão mais duradoura essa crise vai ser. Temos a percepção de que, de

toda forma, é um processo que ainda exigirá muitas correções. Como os preços dos imóveis, principalmente, se elevaram muito ainda há espaço para muita queda para que ocorra uma correção total nesse processo. E não só isso. Como ainda há perdas a serem reconhecidas, a percepção não só nossa, aqui na Tendências, mas geral, é de que haja ainda um espaço, um período de tempo em que veremos ainda muita volatilidade, muitas baixas contábeis nas instituições financeiras. Então, é bem possível que passemos pelos menos seis meses ouvindo más notícias em relação ao desenrolar dessa crise financeira.

Esta não é a primeira vez e a história econômica registra, em anos mais recentes, pelo menos dois momentos em que problemas no mercado financeiro determinaram problemas que se irradiaram para a economia real. Esse fenômeno tem a ver com essa onda de desregulamentação principalmente nos mercados financeiro e de capitais? Faltou regulação?

Ana Carla - Certamente, foi um grande cochilo regulatório. A verdade é essa. Isso, como você mesmo disse, já aconteceu em outros episódios de crise em que um processo de desregulamentação acaba aumentando a fragilidade do sistema. Nesse caso específico, o que houve é que a regulação não acompanhou a sofisticação do mercado. E o ponto é que todo livro de finanças diz que quando você diversifica (investimentos e aplicações, por



exemplo) você reduz riscos. Esse era princípio por trás dos novos veículos financeiros que foram criados com base em hipotecas, principalmente aquelas mais arriscadas, as "subprimes". A diversificação, nesse caso, permitiu um excesso de alavancagem (endividamento) e acabou gerando mais risco. Embora, claro, a diversificação permita diluir esses riscos entre um número maior de investidores, o que aconteceu é que havia, junto com esses papéis, uma probabilidade diferente de zero de isso tudo dar errado, ainda que pequena, e foi o que acabou acontecendo.

Em relação à economia real, no caso brasileiro, observa-se uma economia ainda bastante aquecida em janeiro e fevereiro. O País conseguirá resistir, ao longo de 2008, a esse impacto externo?

Ana Carla - Acho que sim. Acredito que 2008 está relativamente tranqüilo. O canal de transmissão da crise financeira global para o Brasil é muito claro. Não temos o canal financeiro. Os bancos e fundos brasileiros não carregam ativos ligados ao mercado imobiliário americano. Essa já é uma boa notícia. Por outro lado, uma recessão global impacta o Brasil por meio do canal da balança comercial. A economia brasileira pode sim sofrer impactos de uma economia mundial crescendo menos em função de saldo comercial, de preços de commodities não crescendo tanto ou mesmo sofrendo alguma reversão na trajetória de evolução e com isso termos uma balança comercial mais fraca. Esse é um cenário possível. Não é o mais provável. Nas nossas estimativas, mesmo diante de uma desaceleração razoável da economia americana, se conseguirmos manter a China crescendo – não os 11% que ela vem crescendo ultimamente, mas em torno de 8% –, será possível assegurar um crescimento

“Foi um grande cochilo regulatório. Em outros episódios de crise, a desregulamentação aumentou a fragilidade do sistema”



global na faixa dos 3,5%, o que nos dá folga em termos de balança comercial. Ou seja, os preços das commodities continuam numa trajetória positiva e continuamos tendo demanda para nossos bens de forma a manter um saldo comercial na casa dos US\$ 30 bilhões. Isso dá alívio no câmbio, na inflação, nos juros. Devemos manter esse círculo virtuoso na economia brasileira.

Pode ocorrer o contrário?

Ana Carla - É claro que se a economia americana sofrer um processo mais forte de correção e isso levar junto as economias asiáticas, que hoje respondem pelo crescimento global de forma mais importante, aí podemos ter uma reversão de todo esse processo. Mas, na

nossa avaliação, não é o cenário mais provável, embora não atribuamos a ele probabilidade zero. De toda forma, ele está presente. Para nós, o cenário mais provável é o de uma economia global ainda em crescimento em torno de 3% a 3,5%, o que nos garante um 2008 com economia interna crescendo bem, com inflação sob controle. Os motores domésticos de crescimento para o Brasil hoje são muito mais importantes do que os motores externos. É o consumo, é o crédito que, justamente por não termos esse canal financeiro aberto em relação ao restante do mundo, não tem porque reagir à crise financeira de forma direta. Até costume dizer que não há como imaginar que uma economia como a americana, que é uma "baleia" de US\$

“Temos todos os indicadores apontando para um ano muito favorável para a economia goiana”



14 trilhões, se ela encalhar não vá fazer marola na Baía de Guanabara. Não tem jeito. Não será uma "tsunami" porque a economia brasileira hoje está mais forte, está muito mais resistente a crises externas, principalmente se compararmos a outros eventos de crise em que a economia estava mais vulnerável.

Essa mudança estrutural na situação externa do País pode assegurar as condições para que a economia mantenha um nível razoável de crescimento?

Ana Carla - Trabalhamos com uma taxa de crescimento, em nosso cenário básico, de 4,4% para este ano e em torno de 4,4%, 4,5% a 4,6% ao longo dos próximos 10 anos. Não teremos um crescimento chinês, mas,

por outro lado, é um crescimento muito superior à média de 2,5% dos últimos 10 anos. De fato, a economia brasileira tem condições de crescer de forma mais acelerada do que cresceu no passado em função da estabilidade macroeconômica e de avanços microeconômicos. Se não tivermos um cenário de ruptura externa, o que deve ser observado é um crescimento de 4,5% nos próximos 10 anos, fruto desses motores domésticos mesmo e de uma economia mais robusta.

O que você destacaria como pontos mais importantes nessa mudança nas condições operacionais da economia brasileira, mais recentemente?

Ana Carla - A mudança mais impor-

tante e estrutural diz respeito à trajetória macroeconômica, ou seja, à estabilidade macroeconômica, com baixa volatilidade de juros, do produto, juros reais historicamente baixos, inflação em patamares historicamente reduzidos. Sem dúvida, essas são as mudanças estruturais mais importantes. A condição macroeconômica hoje é completamente diferente do que foi no passado. Isso faz toda a diferença em termos de produtividade, em termos de percepção para investimentos e para a expansão do crédito, que é um motor importante de crescimento e que nunca esteve ativo no Brasil, a não ser agora, fruto também dessa estabilidade macro. Esta é a base de toda essa mudança de comportamento da economia brasileira. Mas, além disso, temos um conjunto de fatores institucionais que foram evoluindo ao longo dos últimos 15 a 20 anos. Voltando à década de 90, desde as privatizações, a própria Lei de Responsabilidade Fiscal e a nova Lei de Falências, temos uma lista muito grande de mudanças e avanços institucionais que representaram ganhos que estamos colhendo agora.

Qual a perspectiva para a indústria goiana em 2008?

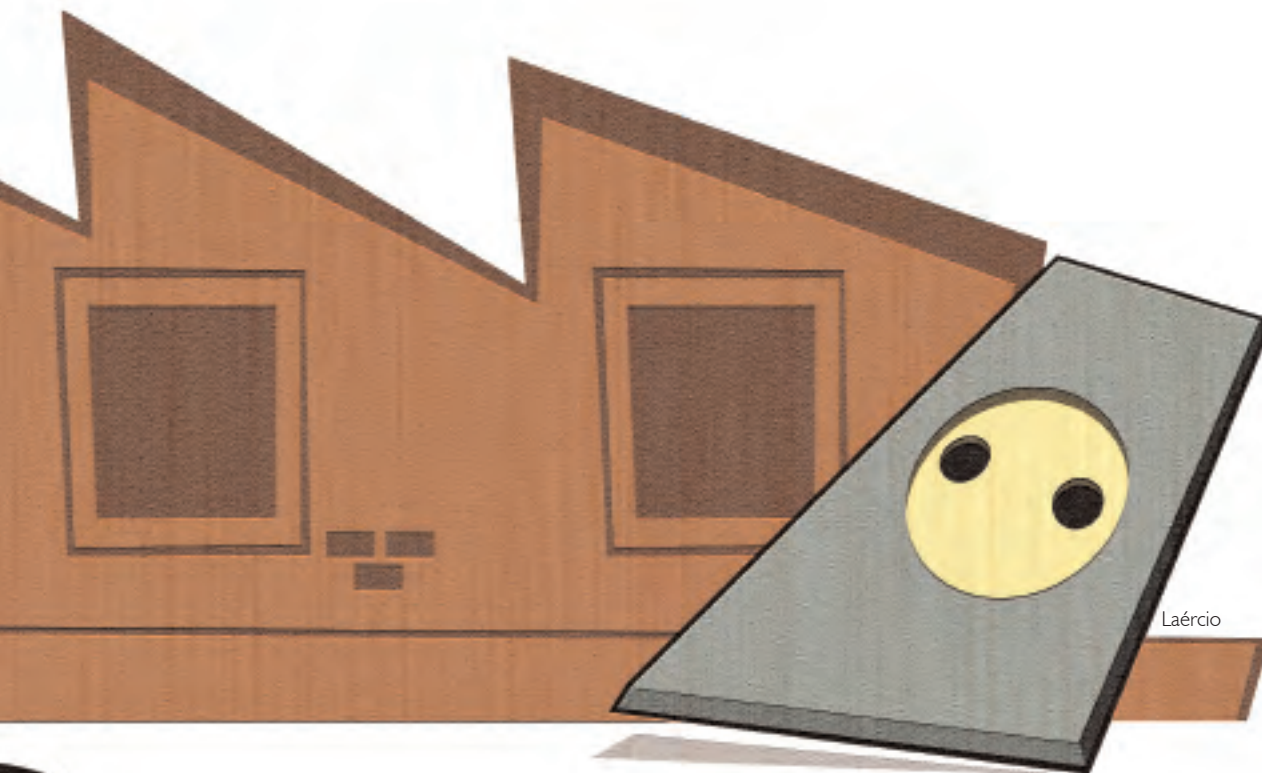
Ana Carla - De maneira geral, como 2008 vai ser de novo um bom ano para a indústria nacional, tenho certeza de que a indústria goiana deverá seguir a mesma tendência. Não teremos um ano tão exuberante como 2007, mas certamente para a indústria continuaremos observando taxas de crescimento elevadas em termos de produção. Os investimentos realizados em 2007 começam a maturar e a tendência é de um ano de investimentos crescentes. As perspectivas para a economia goiana devem ser positivas, além do agronegócio, que deverá ter um ano melhor em relação ao ano passado. Todos os indicadores apontam para um ano muito favorável.



Como lucrar com a eficiência energética

■ Lauro Veiga Filho

País joga fora um valor equivalente a quase uma usina de Belo Monte, prevista para o Rio Xingu, a cada dois anos, na ausência de políticas efetivas de combate ao desperdício de energia. A co-geração de energia pode suprir as necessidades de contratação de energia pelo sistema, dispensando o recurso a fontes "sujas" de suprimento



Laércio

Ganho para todos

Os dados são, algumas vezes, conflitantes. Noutras, sequer há estatísticas consolidadas, muito menos diagnósticos precisos. Mas há uma grande certeza entre todos os que acompanham de perto o setor elétrico brasileiro: o espaço para ganhos com a aplicação de políticas de conservação e de eficiência energética em toda a economia é igualmente gigantesco, diante do elevado grau de desperdício verificado em todas as áreas.

Um cálculo aproximado acaba de ser elaborado pelo Banco Mundial, no livro *Financiando a Eficiência Energética: Lições do Brasil, China, Índia e Além*. A equipe de especialistas do banco, comandada pelo economista Robert P. Taylor, deu números ao desperdício de energia no País, indicando que permanece inexplorado um mercado potencial para a eficiência energética de estimados US\$ 2,5 bilhões por ano. Isso significa que, a cada dois anos, o Brasil joga no lixo um valor correspondente a quase todo o investimento previsto para a hidrelétrica de Belo Monte. A ser construída no Rio Xingu, no Pará, a usina está projetada para gerar 11 mil MW a um custo total de R\$ 9,5 bilhões (US\$ 5,7 bilhões).

Estudo do professor Roberto Schaeffer, da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), estima a necessidade de investimentos no setor elétrico, entre 2005 e 2025, desconsiderando a conservação de energia, em US\$ 142,5 bilhões. Com forte investimento em eficiência energética e uso de fontes alternativas, a necessidade de recursos cai para US\$ 115,0 bilhões, ou seja, US\$ 27,5 bilhões a menos - praticamente 80% mais do que os US\$ 15,4 bilhões estimados para as usinas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira.



Cenários para a conservação

No ano passado, o País gastou com energia – eletricidade, petróleo, gás, biomassa e de fontes não convencionais – alguma coisa em torno de R\$ 220 bilhões, de acordo com José Starosta, presidente do conselho consultivo da Associação Brasileira das Empresas de Conservação de Energia (Abesco). Num cálculo conservador, prossegue Starosta, "poderíamos assumir que nosso potencial de economia de energia, advindo da efficientização, seja de aproximadamente R\$ 10 bilhões ou 5% dos gastos realizados em 2007". No setor industrial, que representa quase metade do consumo de energia elétrica no País, o potencial estimado pela Abesco estaria situado entre 8% a 12%. Para o analista de políticas e indústria da Gerência de Competitividade

Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rodrigo Sarmiento Garcia, citando dados oficiais do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobrás, essa economia poderia ser um pouco maior, em torno de 20% a 30%.

Não fosse por motivos ambientais evidentes, um megawatt economizado, em números aproximados, afirma Garcia, tem um custo equivalente a 30% do gasto necessário para gerar o mesmo megawatt a partir de um novo empreendimento elétrico. Os ganhos, no setor industrial, surgem invariavelmente associados a avanços na produtividade e, portanto, na capacidade de concorrer por espaços no mercado, reduzindo custos de forma mais ampla em toda a linha de produção.



A tarifa média de energia para a indústria foi multiplicada por três na década. Mas há formas (baratas) para reduzir essa conta, sem sacrificar o crescimento



Programa de eficiência na indústria

Responsável por 47% do consumo da eletricidade gerada no País e por 39% de toda a energia consumida, incluindo combustíveis, a indústria viu a tarifa elétrica saltar de R\$ 62 o MWh em 1999 para R\$ 210 atualmente, num avanço de praticamente 240%, e teme o risco de desabastecimento no setor. Além disso, o preço do barril de petróleo vem batendo recorde sobre recorde no mercado global. A soma de fatores tornou ainda mais

oportuno o Programa de Eficiência Energética na Indústria, montado pela CNI, numa consolidação das iniciativas que o sistema já vinha desenvolvendo nessa área.

Um protocolo de cooperação técnica firmado entre CNI, Instituto Euvaldo Lodi e Eletrobrás pretende definir setores estratégicos da indústria que serão trabalhados mais intensamente com base em projetos de eficiência do consumo. Nove setores

foram pré-identificados e cinco deverão ser selecionados de acordo com seu potencial para a eficiência energética.

Ainda no âmbito do programa, três convênios já foram firmados com a Eletrobrás, abrindo um leque de ações que inclui a criação e desenvolvimento de material para treinamento do pessoal no chão de fábrica; o mapeamento das experiências e políticas de eficiência realizados no País e no restante do mundo; e a definição, já em fase final, de um projeto para tornar mais eficientes transformadores de distribuição.

Adotando como marco jurídico a Lei 10.295, de 17 de outubro de 2001, mais conhecida como a Lei de Eficiência Energética, que estabeleceu índices máximos de consumo de energia para equipamentos e utilidades domésticas, a proposta é criar um selo de eficiência para os transformadores. "O uso desses equipamentos será voluntário no início, tornando-se obrigatório em dois ou três anos", afirma Rodrigo Sarmento Garcia, analista da CNI.

O mercado já dispõe de transformadores com capacidade para reduzir o uso de energia em 30%, de acordo com a indústria do setor, mas seu preço é mais elevado e as concessionárias preferem lançar o custo do desperdício na tarifa de energia, socializando as perdas ocorridas na distribuição. O projeto envolve, além da CNI e Eletrobrás, os grupos ABB, Toshiba e outros fabricantes de grande porte.

A confederação identificou, ainda, a necessidade de desenvolver plataformas de negócios nas federações estaduais de forma a dar suporte às indústrias em projetos de eficiência, aproximando-as de empresas de serviços de conservação de energia (Esco's). Esses núcleos de eficiência deverão contribuir para desenvolver o mercado de serviços de conservação e, adicionalmente, apoiar as indústrias no momento de fechar negócio com uma Esco. "Ninguém sai perdendo nesse processo. Todos só têm a ganhar", declara Garcia. Os resultados desses estudos e das ações desenvolvidas pela CNI e seus parceiros serão divulgados num grande seminário sobre eficiência e sustentabilidade energética previsto, em princípio, para outubro deste ano.



Alternativa ao racionamento

"No Brasil, políticas de eficiência energética são lembradas apenas quando a situação (o balanço entre oferta e demanda) fica mais complicada", sentencia o professor Roberto Schaeffer, da Coppe/UFRJ. Segundo ele, há um potencial enorme a ser explorado nessa área, até porque os investimentos feitos em conservação de energia e na ampliação da eficiência no setor foram tímidos ao extremo.

Desde 1998, as distribuidoras de energia, agora obrigadas a destinar 0,5% de sua receita operacional líquida a pesquisa energética projetos de efficientização, investiram R\$ 1,919 bilhão em conservação, evitando uma demanda de 1.674 MW e economizando um volume de energia correspondente a 5.559 GWh/ano. A parcela mais gorda desses recursos, de acordo com o Banco Mundial, foi reservada para o setor de iluminação pública, que representa 3% do consumo de energia.

A "gordura" é tão grande, disseminada no mau uso do insumo em todos os setores da vida nacional, que Schaeffer recomenda a racionalização do consumo, embora esta não seja uma tarefa nada trivial diante dos interesses envolvidos, como uma alternativa para evitar um racionamento futuro. "A eficiência energética, no entanto, não é prioridade para o País", acrescenta. Mais grave, emenda o especialista: o Brasil sequer dispõe

alcançados com medidas de eficiência energética no setor industrial.

Desenvolvido no âmbito do Programa de Eficiência Energética (PEE), então sob o comando de Schaeffer e financiado por doações do Global Environment Facility (GEF), com apoio do Banco Mundial e do Programa das Nações

Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o trabalho de campo recentemente entregue à Eletrobrás não conseguiu reunir uma amostra de indústrias estatisticamente representativa. Seu propósito era precisamente mapear as possibilidades da conservação de energia na área industrial, assim como já se havia alcançado para o setor residencial.

Numa leitura qualitativa, Schaeffer disse que foi possível identificar gargalos nos motores, mal dimensionados para os usos a que se destinam, e no uso de cargas de demanda inapropriadas em grande parte das indústrias avaliadas. "A co-geração ainda é muito má explorada nas indústrias química, de papel e celulose, alimentos e bebidas, na construção civil e no setor de serviços, incluindo hotéis, hospitais e shopping centers", declara.

Quase toda a arquitetura brasileira, como demonstram os edifícios espelhados e sem janelas, presentes nas maiores capitais do País, "não foi pensada para usar a energia de forma eficiente". Por isso, o setor construtivo surge como um dos que apresentam grande potencial de economia, desde que os projetos passem a contemplar sistemas de refrigeração natural e de aquecimento solar, aproveitando-se dos índices de insolação verificados no País.

Capacidade instalada

(Número de empreendimentos, potência instalada em megawatts e participação no total em 31 de dezembro de 2006)

Tipo Empreendimentos	Potência	Participação
Hidrelétricas	156 72.005,4	74,78%
Térmicas	945 20.372,1	21,16%
Pequenas centrais	275 1.566,3	1,63%
Centrais geradoras hidroelétricas	202 106,8	0,11%
Nuclear	22 007,0	2,08%
Eólica	15 236,9	0,23%
Solar	1	0,02%
Total	1.59696.294,5	100,0%

Fonte: Anel

de ferramentas confiáveis para aferir o potencial de ganhos que poderiam ser

Carteira de clientes cresce 35%

No mercado há seis anos, a RMP Consultoria e Engenharia Ltda, especializada em gestão e eficiência energética, identifica índices de desperdício de energia entre 20% a 30% no setor industrial. Sob um ângulo mais otimista, isso significa "grandes perspectivas de economia no processo produtivo, envolvendo utilidades básicas, como motores, caldeiras (que geram vapor e podem produzir energia), sistemas de refrigeração e iluminação. E a energia economizada é a melhor fonte do insumo", afirma Sérgio Luiz Lechuga Garcia, consultor da RMP.

Contratos de performance tornam possível concretizar as economias pretendidas, sem que a empresa tenha que desembolsar recursos para isso. Empresas especializadas em conservação de energia, conhecidas como Esco's, no jargão do mercado, fazem o diagnóstico energético da empresa, desenham o projeto e a indústria paga um percentual sobre o valor a ser economizado na conta de energia durante determinado período.

A RMP desenvolveu um projeto nesses moldes para o Corporate Center da Funcef, prédio que abriga a principal unidade da Caixa Econômica Federal em Goiânia. "Em um edifício comercial, a refrigeração responde por 60% do consumo de energia. O retrofit (troca de equipamentos e máquinas) deverá permitir uma economia de 15%", estima Lechuga.

A alta dos preços da energia no mercado livre, observada entre o final de 2007 e o começo deste ano (e já revertida com a normalização dos reser-

vatórios das hidrelétricas no Centro-Sul), fez a carteira de projetos da RMP crescer 35% desde novembro.

EFICIÊNCIA E COMPETITIVIDADE

A Teknergia, dedicada desde 1985 ao mercado de prestação de serviços e de desenvolvimento de projetos de gestão energética, energia renováveis e eficiência energética, também vem experimentando, nos últimos meses, maior procura, reforçada por empresas temerosas de um racionamento e pelo Proesco. Sua carteira abriga em torno de 280 clientes e tem crescido, ano a ano, entre 12% a 15%, segundo Gerson Sampaio Filho, diretor da empresa.

Indústrias de alimentos, produtos de limpeza e embalagens representam ao redor de 60% do mercado da Teknergia. "Os setores mais competitivos são também aqueles que demonstram maior interesse em investir em eficiência energética", comenta Sampaio Filho. O lançamento do Programa de Apoio a Projetos de Eficiência Energética (Proesco) pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em julho de 2006, linha de crédito criada para o financiamento de projetos de

Lançado pelo BNDES em julho de 2006, o Proesco ofereceu recursos a custos mais baixos para projetos de conservação de energia

conservação, também deverá contribuir para alavancar os negócios das Esco's, acredita o empresário. A Teknergia projeta crescimento em torno de 20% em 2008, num mercado que movimentará por ano perto de R\$ 250 milhões, na estimativa de Sampaio Filho. "Na média, conseguimos reduções entre 12% e 20% nas empresas atendidas".



Hidrelétrica de São Simão: concluída em 1978, usina tem potência instalada de 1.710 MW

Mercado explorado por empresas de conservação de energia movimentará em torno de R\$ 250 milhões

Em Goiás, a co-geração de energia tem potencial para 3.050 MW, praticamente três vezes mais do que toda a capacidade da hidrelétrica de Cachoeira Dourada

Co-geração, a aposta correta

A oferta de energia pelas usinas de álcool poderia solucionar os problemas de escassez localizada do insumo em regiões importantes do Estado, segundo o presidente executivo do Sindicato das Indústrias de Fabricação de Álcool no Estado de Goiás (Sifaeg), André Luiz Baptista Lins Rocha. "A co-geração pode oferecer energia no período de seca, otimizando o sistema, poupando os reservatórios de água e favorecendo melhorias na malha do setor elétrico como um todo, ao descentralizar a geração", avalia.

De acordo com Baptista, as regiões de Mineiros, onde a Perdigão instalou seu segundo complexo agroindustrial no Estado, Jataí, Paraúna e Cristalina, maior concentração de pivôs centrais do Centro-Oeste, com elevada demanda de água e eletricidade, têm enfrentado problemas de suprimento elétrico mais recentemente. A entrada em operação de novas usinas, já adaptadas ao processo de co-geração, resolveria o problema, reforça Baptista.

Na verdade, as perspectivas desenhadas pelo presidente do Sifaeg sugerem um cenário otimista para o Estado, até mesmo com certa folga na oferta de energia. Nas previsões de Baptista, 39 usinas de álcool deverão ser instaladas no Estado entre 2008 e 2014, num investimento total de R\$ 8 bilhões, e boa parte entraria em operação entre 2010 e 2012 – apenas uma tem conclusão prevista para 2013. Até lá, estima-se a instalação de uma potência equivalente a 3.050 MW, dos quais 2.065 MW deverão estar

disponíveis para venda ao setor elétrico, considerando-se apenas a oferta das novas unidades.

Apenas para comparação, lembra Baptista, as vendas previstas seriam três vezes maiores do que a capacidade instalada da usina de Cachoeira Dourada (658 MW). Essa oferta poderá ser ampliada na medida em que se consolidar o mercado para a energia proveniente de co-geração. Baptista antecipa que algumas usinas em operação estudam ou já se movimentam para instalar projetos de retrofit (troca das caldeiras atuais por outras com alta pressão e mais eficientes). Como comparação, caldeiras mais antigas, que operam a 21 bars (unidade de pressão), consomem 12 quilos de vapor para a produção de um quilowatt-hora. Equipamentos com pressão acima de 90 bars precisam de apenas 4,6 quilos de vapor (62% a menos) para gerar o mesmo volume de energia.

Os dois principais gargalos no setor, no entanto, continuam sendo como levar a energia a ser produzida pelas usinas até à rede interligada e a que preços os fabricantes de álcool serão remunerados pelo fornecimento de eletricidade ao sistema. Baptista estima que seria necessários investimentos de R\$ 450 milhões, apenas em Goiás, para fazer a conexão com a rede geral.

Neste ano, além dos 67 MW que já são colocados no sistema, as usinas passarão a ofertar mais 92 MW, somando, portanto, 159 MW (além dos 220 MW destinados ao suprimento próprio). No ano seguinte, a oferta de energia "nova" subiria para 502 MW, que se somariam aos mesmos 67 MW já instalados, diante de uma capacidade instalada prevista em 830 MW. Esses 569 MW representariam praticamente um terço de todo o mercado atendido pela Companhia Energética de Goiás (Celg), nas contas de Baptista.



Roberto Shaeffer, da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ)

Desconsiderando investimentos em conservação, País teria que investir US\$ 142,5 bilhões no setor de energia até 2025.

Com investimentos em conservação e em fontes alternativas, o gasto poderia ser reduzido para US\$ 115,0 bilhões, numa economia de US\$ 27,5 bilhões.

Modelo para transmissão



QUASE DE GRAÇA

- Como os donos de indústrias reagiriam se soubessem que podem reduzir a conta de energia em quase um quinto sem gastar quase nada? A possibilidade existe, ganha adeptos de forma crescente ao redor do mundo e começa a avançar também no Brasil.
- Trata-se de uma modalidade conhecida como "contrato de performance", onde uma empresa de serviços de conservação de energia (Esco) analisa o consumo de energia em todo o processo industrial e nas demais áreas da empresa, identifica gargalos e pontos de desperdício e propõe uma política de eficiência, que poderá (ou não) envolver a troca de equipamentos, máquinas, motores, caldeiras, sistemas de refrigeração e outras instalações por outras mais modernas, que consomem menos.
- Feito o diagnóstico e definido o contrato, a Esco trata de levantar o financiamento necessário à implantação do projeto. Desde de julho de 2006, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) colocou à disposição do setor uma linha de crédito específica para projetos de eficiência energética, com recursos iniciais superiores a R\$ 100 milhões,

Contratada pela Cogen, associação que reúne as empresas de cogeração no País, a PSR, que faz consultoria e projetos nesta área, apresentou aos sindicatos de fabricantes de álcool de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo proposta de instalação de estações coletoras de energia interligadas à rede básica. O projeto, já entregue à Empresa de Pesquisa Energética (EPE), prevê a aplicação de parte dos recursos arrecadados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) para financiar a construção de linhas de conexão entre as usinas e o sistema interligado. Os recursos seriam destinados às distribuidoras, segundo a participação de cada uma no mercado, e seriam remunerados com o "aluguel" das linhas.

No final de abril, lembra Baptista, o governo realiza o primeiro leilão de energia de reserva, regulamentado pelo decreto 6.353, de janeiro deste ano. Estão cadastrados pela EPE 118 empreendimentos que geram energia térmica a partir de biomassa (bagaço e palha de cana e outros resíduos vegetais), responsável pela oferta de 6.711 MW para entrega a partir de 2010 e de 1.869 MW a partir de 2009. São Paulo concentra 64 unidades, com geração de 4.182 MW. Em Goiás, foram cadastrados 20 estabelecimentos, correspondendo a uma oferta de 1.665 MW. "Será preciso, agora, fechar a modelagem do leilão, definindo as regras para a fixação de preços e para a transmissão da energia", aponta Baptista. ■

a custos equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), mais 1% de remuneração à instituição ou ao agente financeiro e taxa de risco de até 4%. O financiamento poderá cobrir até 90% do investimento, a prazos de seis anos, incluindo dois de carência.

- A remuneração da Esco será bancada por uma parcela da economia alcançada na conta de energia a cada mês. Esse acerto será detalhado no momento da montagem do contrato, lá atrás. As economias alcançadas dependem de empresa para empresa. Mas há casos concretos em que se alcançou uma redução de 43% na despesa com energia - terceiro item na estrutura de custos do setor industrial, segundo a Teknergia.
- A empresa, que atua nessa área desde 1985, cita o exemplo de um cliente do setor de plásticos, uma indústria de brinquedos, que decidiu implantar um sistema de gerenciamento de energia, com monitoração de 28 máquinas no chão de fábrica e racionalização do uso da eletricidade. O custo por MWh, ao final do processo, baixou de R\$ 278 para R\$ 158 (43,2% a menos), gerando uma economia anual de R\$ 150 mil.

QUASE TODA A ARQUITETURA DESENVOLVIDA NO PAÍS NÃO FOI PENSADA PARA O CONSUMO EFICIENTE DE ENERGIA

Agenda para micro e pequenas

INDÚSTRIAS DE MENOR PORTE DEFENDEM CRIAÇÃO DE SECRETARIA, BUSCAM MAIOR ACESSO A CRÉDITO E INSERÇÃO NO MERCADO

O Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa (Compem) da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que se reuniu pela primeira vez em Goiânia, na sede da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), no começo deste ano, pretende apresentar neste mês a primeira versão da Agenda Legislativa específica para o segmento. "Estamos em fase de conclusão dos estudos dos projetos de interesse do setor, em tramitação na Câmara e no Senado, para estabelecer quais vamos apoiar", antecipa o presidente do Compem, Lucas Izoton Vieira.



Lucas Izoton Vieira: estimular medidas para facilitar a vida de 600 mil micro e pequenas indústrias no País

O plano de trabalho do conselho para este ano está praticamente fechado e inclui questões-chaves para o futuro das micro e pequenas indústrias, a começar pela definição de um fórum mais adequado para discussões e decisões que dizem respeito diretamente a esse segmento do setor industrial. "Entre os projetos que estão no Congresso, destacamos o que propõe a criação da Secretaria Nacional da Micro e Pequena Empresa, no âmbito do ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic)."

Estão na pauta questões relacionadas ao acesso ao sistema convencional de crédito, que ainda impõe limites e restrições ao financiamento a indústrias de pequeno porte, mecanismos de estímulo a uma maior inserção internacional do setor, inovação, tecnologia e capacitação. "Nosso plano pretende facilitar a vida de 600 mil micro e pequenas

indústrias em todo o País. Apenas em Goiás, das 12 mil indústrias instaladas, perto de 95% são micro e pequenas", lembra Vieira.

O presidente do Compem mostra que, a despeito do avanço acelerado registrado pelo crédito no País a partir do início da década, a participação do total de empréstimos no Produto Interno Bruto (PIB) mantém-se pouco acima de 34%, um percentual ainda baixo mesmo para uma economia emergente como a brasileira. "O custo real do crédito continua muito elevado. Na média, para pessoas jurídicas, os juros rondam os 26% ao ano. Mas, para micro e pequenas empresas, a taxa chega a mais de 40%, porque o empresário, nesses casos, utiliza muito o cheque especial, a juros de 140% ao ano, como alternativa de financiamento", afirma.

Emprego formal bate recorde

Confirmando tendência de aquecimento da economia no início do ano, Goiás registra segundo melhor desempenho entre todos os Estados

**Mercado formal
abriu 41.153
vagas no ano
passado**

O mercado formal de trabalho continuou aquecido no começo de 2008, ignorando, até então, os sinais de crise na economia norte-americana. Em janeiro, Goiás realizou o segundo melhor desempenho entre todas as unidades da federação ao registrar um saldo de 11.157 contratações de empregados com carteira assinada, numa elevação de 8,4% frente às 10.292 vagas preenchidas em igual mês do ano passado. Na comparação com dezembro, houve avanço de 1,47%. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o resultado foi recorde para o mês de janeiro desde que a série de dados foi iniciada, em 1996.

Pouco mais de 46% daquelas contratações foram realizadas pela indústria de transformação, que abriu 5.177 vagas em janeiro deste ano, liderando o processo de recuperação do mercado de trabalho no Estado. Como novidade, a agricultura incrementou as contratações no mês, abrindo 3.093 vagas (27,7% do total), graças ao bom comportamento das lavouras temporárias, com destaque para a cana e a produção de açúcar e álcool.

Nos 12 meses encerrados em janeiro, foram criadas 42.018 vagas no Estado, numa variação acumulada de 5,78% no total de trabalhadores celetistas. Em termos absolutos, foi o melhor resultado entre os Estados da região Centro-Oeste. Daquele total, 29,37% foram contratados pela indústria (12.341 novos empregados) e 25,43% pelo setor de serviços (10.684).

Os dados do Caged indicam claramente a consolidação de sete pólos de atração de empre-

gos no Estado – Goiânia, com participação de 27,59% no saldo total de novas contratações; Aparecida de Goiânia (9,58%); Mineiros (8,86%), diante dos investimentos da Perdigão no município; Catalão (7,44%); Anápolis (6,54%); Rio Verde (5,62%); e Itumbiara (4,89%). Somadas, as sete regiões tiveram participação de 70,52% no saldo de empregos nos 12 meses terminados em janeiro deste ano. As 32 cidades com mais de 30 mil habitantes em Goiás, representando 13% dos municípios, responderam por 91,08% do saldo.

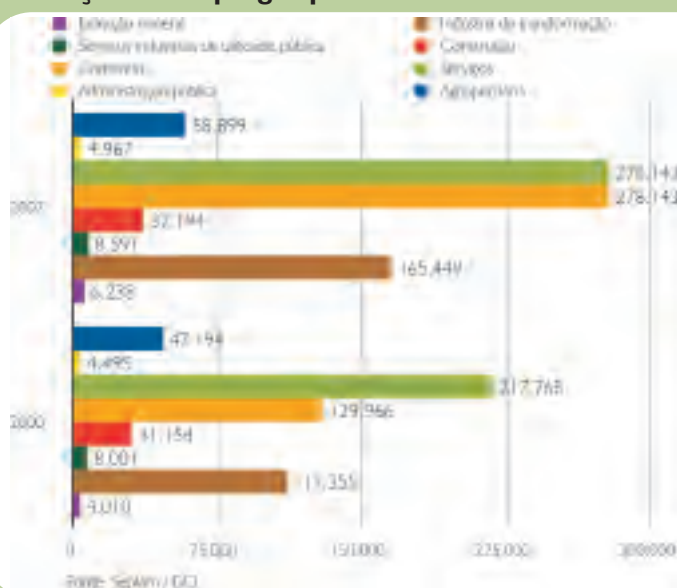
Entre 2000 e 2007, o estoque de empregos formais indicou variação acumulada de 34,8% em Goiás, saindo de 553.836 para 746.398 tra-



balhadores. Isso correspondeu à criação de 192.562 vagas, das quais 31,35% foram para o setor de serviços (60.375), 29,57% para o comércio (56.951) e 28,09% para a indústria de transformação (54.094).

Na comparação com 2006, o total de empregados formais aumentou 5,84%, com a abertura de 41.153 vagas – o melhor resultado para Goiás em toda a série do Caged até aquele ano, assegurando ao Estado o desempenho mais elevado no Centro-Oeste.

Criação de empregos por setor



Fonte: MTE/Caged

Disposição para investir

■ Lauro Veiga Filho

A turbulência no mercado internacional e os indicadores mais recentes, confirmando um desaquecimento para a economia norte-americana e tornando mais próxima uma recessão de alcance até aqui não dimensionado naquele país, ainda não conseguiram roubar o fôlego do empresariado goiano. A pesquisa de investimentos realizada pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) mostra que, embora a maioria das empresas considere sua capacidade de produção adequada à demanda, nada menos do que 88,5% dos empresários entrevistados pretendem investir no aumento da produção, na melhoria de qualidade e no lançamento de novos produtos neste ano.

O levantamento confirmou, de acordo com o economista da Fieg, Cláudio Henrique de Oliveira, que 51,9% dos empresários cumpriram os investimentos programados para 2007 e 29,9% realizaram parcialmente o desembolso previsto. Entre os que decidiram reprogramar investimentos no ano passado, 45,8% apontaram custos financeiros incompatíveis com as possibilidades de retorno do investimento previsto e 29,2% reviram as previsões de demanda, "comportamento predominante entre as pequenas e médias empresas", anota a edição mais recente da pesquisa Indicadores Industriais.

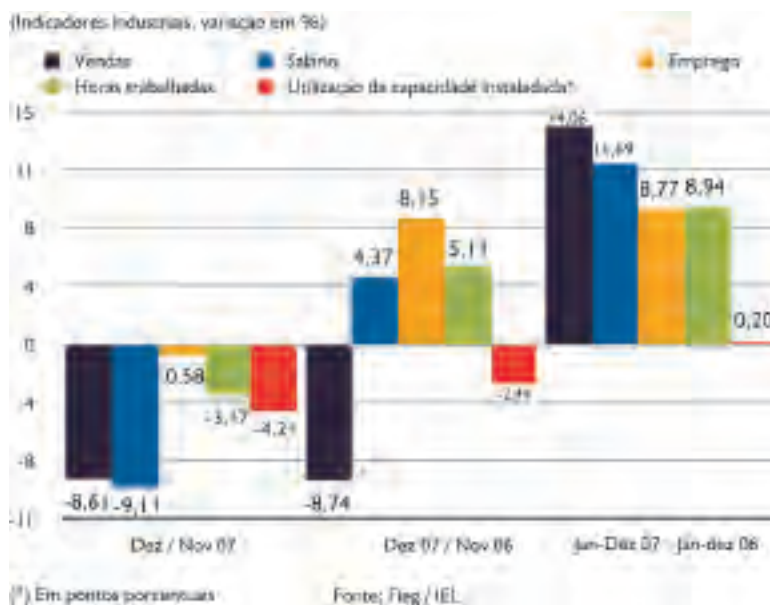
Os números do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para Goiás reafirmam o que

os levantamentos da Fieg já haviam identificado. No ano passado, os desembolsos do banco em favor de empresas goianas ou com operações no Estado mais do que dobraram na comparação com 2006, sugerindo um ímpeto renovado para os investimentos em geral. Nos 12 meses de 2007, o banco liberou um total de R\$ 2,384 bilhões a Goiás, volume recorde. Um ano antes, as liberações haviam somado R\$ 1,137 bilhão. Na ponta do lápis, registrou-se variação de 109,7% entre um ano e outro.



A expectativa de um ano mais complicado para a economia do que em 2007 não parece tirar o ânimo do setor em Goiás, que espera crescer 7%

Desempenho da indústria em 2007



Desembolsos para indústria saltam 149%

A indústria, com destaque para química e petroquímica e metalurgia e seus produtos, e o setor de infra-estrutura comandaram os desembolsos do BNDES, recebendo, cada um, R\$ 948,5 milhões (41,3% do desembolso total) e R\$ 1,035 bilhão (43,4% do total). Na comparação com 2006, o volume emprestado à indústria saltou 149%, enquanto a infra-estrutura registrou aumento de 159,8%. A indústria de produtos químicos, que inclui adubos, fertilizantes e medicamentos, recebeu uma injeção de R\$ 524,5 milhões no ano passado, representando avanço de 426,8%. Já a metalurgia teve à sua disposição R\$ 218,6 milhões, nada menos do que 1.419% a mais.

Na área de infra-estrutura, destacaram-se os setores de energia elétrica (transmissão e distribuição), com R\$ 736,7 milhões e crescimento de 313%, e de transportes terrestres, que recebeu R\$ 271,2 milhões, avançando 52,9%. O setor de construção, provavelmente refletindo dados do início de 2007, quando a reação da indústria do setor ainda não havia se estabelecido, viu os desembolsos encolherem 66,6%, para R\$ 8,5 milhões apenas.

PREVISÕES PARA 2008

Depois do salto de 14,06% em 2007, surpreendendo algumas previsões, as vendas da indústria tendem a apresentar variação um pouco mais modesta neste ano, segundo estimativa do presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira. Ele espera um avanço real em torno de 7% no Estado, frente a uma expectativa de incremento de 5% para a indústria brasileira como um todo. O comportamento da demanda doméstica tende a continuar puxando o ritmo da atividade industrial, já que o setor deverá enfrentar dificuldades renovadas para continuar ampliando suas vendas ao exterior. Em primeiro lugar, segundo o economista Cláudio Oliveira, porque a conjuntura mundial parece menos amigável neste ano, diante da crise norte-americana. Em segundo, diante da renovada tendência de depreciação do dólar frente ao real. A perda de valor da moeda norte-americana obriga as indústrias exportadoras a uma ginástica para preservar mercados lá fora, achatando margens, causando perdas de rentabilidade e reduzindo a capacidade de competir por mercados. Mas também penaliza indústrias no mercado doméstico, especialmente pequenas e médias, que têm menor fôlego para competir com produtos importados, que chegam a preços mais baixos no País, favorecidos pelo câmbio barato. Apenas em janeiro, as importações goianas aumentaram praticamente 126%.

"A manutenção do crescimento em 2008 se apresenta como um desafio para a economia, pois se vislumbram fatores que poderão ameaçar a continuidade do que se viu em 2007", afirma Oliveira. O economista aponta, além da questão cambial, a tributação excessiva e as deficiências de logística.



"Setor industrial
deverá experimentar
crescimento real
em torno de 7%
neste ano"

Paulo Afonso Ferreira, presidente da Fieg



A economia, ainda aquecida

Até aqui, os indicadores ainda parecem sustentar ímpeto substancial. Um dado serve como exemplo. Em janeiro, as vendas de combustíveis em Goiás, segundo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), cresceram 14,8% em relação ao mesmo mês do ano passado, chegando a 324,63 milhões de litros – o mais elevado em toda a série histórica de dados da agência. No ano passado, o consumo havia crescido 10,2%, atingindo 3,877 bilhões de litros.

OS RESULTADOS EM 2007

Impulsionadas pela conjuntura favorável, interna e externamente, pela baixa inflação, com preços sob controle, pela ampliação do emprego e da renda e pelo crescimento do crédito, as vendas da indústria anotaram, no ano passado, o melhor desempenho desde 1993, segundo o economista da Fieg. Cláudio Henrique de Oliveira aponta ainda a redução da dívida externa como um dos fatores que deram sustentação à conjuntura econômica no ano passado, favorecendo o bom resultado do setor industrial.

A atividade industrial, por isso mesmo, apresentou "ganhos expressivos" em 2007, com avanço em todos os indicadores pesquisados, sem exceções. Além das vendas, o emprego e as horas trabalhadas na produção experimentaram avanços de 8,77% e 8,94% em relação a 2006, com incremento real (já descontada a inflação) de 11,69% para os salários.

Outra boa notícia veio do indicador de utilização da capacidade instalada, que apresentou variação de apenas 0,2 ponto por-



Perspectivas: crise nos Estados Unidos e o câmbio trazem incertezas para o cenário econômico, mas indústria goiana espera crescer

centual na comparação entre as médias de 2006 e 2007. O grau de utilização médio no ano passado estacionou em 83,2%, com dezembro recuando 2,41 pontos na comparação com o último mês de 2006. Como as horas trabalhadas cresceram, demonstrando elevação na produção, supõe-se que já estariam surtindo efeitos os investimentos realizados em ampliação da capacidade e modernização do parque, com introdução de novas tecnologias.

VENDAS

Com exceção do setor alcooleiro, todos os demais segmentos pesquisados conseguiram ampliar suas vendas ao longo do ano passado. Os maiores destaques ficaram por conta da indústria metalúrgica, com salto de nada menos do que 46,55% em termos reais (ou seja, depois de descontada a variação do Índice de Preço no Atacado da Fundação Getúlio Vargas), e do setor de extração mineral (mais 34,49%).

As usinas de álcool, ao que parece, foram pressionadas pelo aumento da produção

doméstica e pela frustração em relação às exportações, que terminaram ocorrendo em volumes muito inferiores ao esperado. O avanço da produção e a queda nas exportações contribuíram para achatar os preços. Segundo a ANP, enquanto as vendas de álcool hidratado cresceram 50,9% em todo o País, para o recorde de 9,335 bilhões de litros no ano passado, o mercado goiano entrou em disparada literal, com aumento de 81,8% na comparação com 2006. As vendas do hidratado no Estado saíram de 238,58 milhões para quase 433,78 milhões de litros. Como a queda nos preços não foi tão expressiva assim, pressupõe-se que as usinas locais teriam perdido terreno para concorrentes de outros Estados em 2007, agravando a tendência de baixa nas vendas identificada pela pesquisa da Fieg.

EMPREGO E MASSA SALARIAL

Apenas dois setores realizaram demissões em número superior ao de admissões no ano passado. Houve queda no emprego na indústria de extração mineral (-0,78%) e no setor alcooleiro (-1,74%), explicada, aqui, em





função do avanço da colheita mecanizada. Com aumento de 8,77% na média geral, o emprego apresentou crescimento mais expressivo nas indústrias de alimentos (12,42%) e de minerais não-metálicos (9,81%), favorecidos, como de resto quase todo o setor industrial, pelo aumento da renda e do emprego.

De acordo com a Fieg, foi o melhor resultado desde 2004, quando o emprego havia crescido 12,19%. "Nos últimos anos", anota a pesquisa da federação, "o nível de emprego se mostrou ascendente, inclusive superior ao das vendas industriais".

A massa de salários pagos pela indústria aumentou em velocidade superior ao do emprego, demonstrando que o setor tem praticado uma política de valorização

dos recursos humanos e ampliado contratações de mão-de-obra mais qualificada (supostamente, portanto, com remuneração mais elevada). A inflação reduzida e sob controle, assim como os acordos salariais realizados, na sua maioria embutindo ganhos reais para os trabalhadores, favoreceram a expansão da massa salarial, na avaliação da Fieg.

O segmento "outros", que agrega micro e pequenas indústrias, apresentou a maior variação para os salários reais, com aumento de 19,71%. Na leitura da Fieg, o número evidencia que "as empresas de pequeno porte contrataram em razão da melhor situação econômica nacional e, por conseguinte, expandiram seus negócios e melhoraram a remuneração de seus funcionários". ■



Saia na frente com Safras & Mercado

Com mais de 31 anos de experiência, Safras & Mercado é o mais importante centro de informações, análises e consultoria do agronegócio no Brasil e na América do Sul. Possui uma equipe especializada para identificar tendências de mercado e oportunidades de investimento, indispensável para uma tomada de decisão segura.

Tel: (51) 3224-7039
www.safras.com.br





RECORDES E CONCENTRAÇÃO

Depois de anotar no ano passado o melhor resultado em toda a sua história, exportações realizadas a partir de Goiás voltam a disparar no começo de 2008

Sob liderança das carnes e dos grãos, as exportações goianas já haviam quebrado todos os recordes ao longo de 2007, confirmando uma tendência cada vez mais acentuada de dependência em relação a produtos de baixo conteúdo tecnológico. No começo de 2008, enquanto não se fizeram sentir os efeitos do embargo europeu aos embarques da carne bovina brasileira, os números do comércio exterior em Goiás voltaram a ser os maiores em toda a história do setor, com vendas externas quase dobrando na comparação com o mesmo período do ano passado.

As previsões para o restante de 2008 sugerem que esse desempenho dificilmente se confirmará, seja porque o câmbio continua ladeira abaixo, pressionando as margens praticadas pelos exportadores, seja porque a União Europeia demonstra baixíssima disposição para retomar as compras de carne bovina – ao menos não nos volumes observa-

CARNES E SOJA EXPLICAM QUASE 80% DO CRESCIMENTO DAS VENDAS EXTERNAS NO COMEÇO DO ANO

dos num período mais recente. "A expectativa dos economistas, dentro e fora do governo, é de que o comércio internacional contribua menos para o conjunto das transações do Brasil com exterior, que poderá fechar 2008 negativo, depois de cinco anos

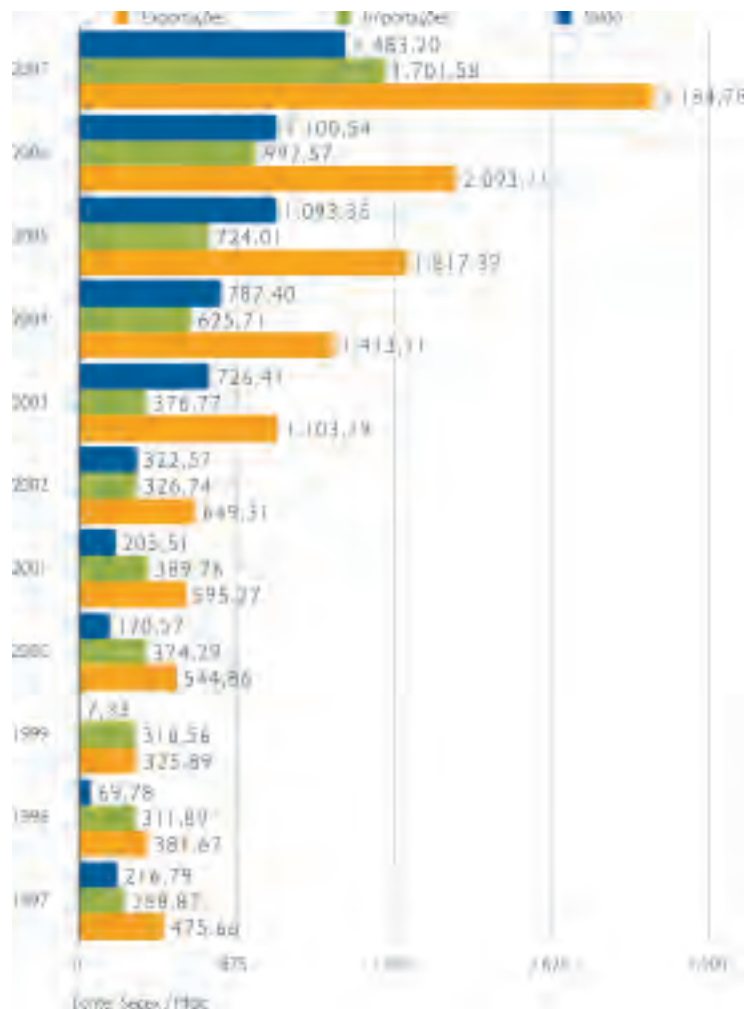
superavitário", comenta Plínio César Lucas Viana, gerente do Centro Internacional de Negócios de Goiás (CIN), órgão integrado à estrutura da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg).

Em janeiro, o Estado realizou exportações no valor de US\$ 233,096 milhões – o mais alto em toda a série histórica de dados do setor, com salto de 98,5% em relação ao mesmo mês do ano passado, quando haviam sido exportados US\$ 117,449 milhões. As importações cresceram de forma ainda mais acelerada, pulando de US\$ 89,467 milhões para US\$ 201,952 milhões (125,7% a mais), puxadas pelas compras de veículos automotores, tratores, partes e acessórios, adubos e fertilizantes, bens mecânicos, produtos químicos e outros insumos.

Por isso mesmo, o saldo comercial, a diferença entre exportações e importações, alcançou variação de apenas 11,3%, atingin-

Desempenho da balança comercial em Goiás

(Valores em US\$ milhões)



do US\$ 31,144 milhões. De qualquer modo, o desempenho foi bastante superior ao verificado para a balança comercial brasileira como um todo, que anotou crescimento de 20,9% para as exportações e avanço de 45,6% no caso das importações, o que determinou queda de 62,5% no superávit comercial, para US\$ 944,016 milhões.

Em Goiás, apenas duas categorias de produtos justificaram quase 80% do crescimento das exportações no primeiro mês do

ano: carnes e soja. A indústria de carnes exportou US\$ 130,532 milhões em janeiro, crescendo 134% sempre em relação ao primeiro mês do ano passado. Praticamente 81% dos embarques do setor concentraram-se no segmento de carne bovina, já que, aparentemente, frigoríficos exportadores decidiram antecipar embarques, prevenindo-se contra possível bloqueio das exportações pela União Européia – o que acabaria se confirmando em fevereiro.

O desempenho em 2007

No ano passado, analisa Plínio Viana, gerente do CIN, os números da balança comercial demonstraram uma nova tendência para o agronegócio goiano. O chamado "complexo carne", que inclui os embarques de carnes bovina, de aves e de suínos, prossegue ele, superou as vendas externas do "complexo soja" (grão, farelo e óleo), "tradicionalmente o carro-chefe das exportações goianas". O embargo imposto às exportações de carne bovina de São Paulo, do Paraná e de Mato Grosso Sul favoreceu a balança comercial goiana, ao abrir espaço para o crescimento acelerado das vendas goianas do produto.

Sob liderança da agroindústria, conforme anota Viana, as exportações totais cresceram 52,16% entre 2006 e 2007, para US\$ 3,185 bilhões (perto de US\$ 1,092 bilhão a mais), maior valor em toda a série histórica da balança comercial goiana, o que elevou a participação do Estado nas exportações brasileiras de 1,52% para 1,98% entre 2006 e 2007. Quase 88% do crescimento observado foi devido às vendas de produtos básicos, que saltaram de US\$ 1,696 bilhão em 2006 para US\$ 2,653 bilhões (ou seja, uma variação correspondente a 56,4% ou US\$ 956,771 milhões a mais). A fatia dos produtos básicos na pauta de exportação estadual aumentou de 81% para 87,6%.

Apenas quatro grupos de produtos – carnes, complexo soja, milho e derivados, minérios e ligas metálicas – responderam por quase 94% da variação registrada pelas vendas externas totais do Estado no ano passado. Uma concentração bastante elevada, que coloca o desempenho das exportações na dependência quase exclusiva de produtos que vêm enfrentando alta volatilidade no mercado internacional. O peso desses produtos na pauta também aumentou, saindo de 86,56% para 89,02% entre 2006 e 2007, refletindo principalmente o aumento de 277% nas exportações da indústria extrativa mineral e o salto de 11 vezes nos embarques de milho e seus derivados (de US\$ 16,790 milhões para US\$ 183,298 milhões).



Aos saltos: vendas externas de milho aumentaram 11 vezes no ano passado, atingindo US\$ 183,298 milhões

Pólos de importação

No prato das importações, vêm se consolidando alguns verdadeiros pólos de importação no Estado, com destaque para as regiões de Catalão e Anápolis – não por coincidência, onde se localizam montadoras de veículos e colheitadeiras, fabricantes de fertilizantes e adubos e indústrias de medicamentos. Os números anunciados pelo governo estadual, com base em estatísticas da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério de Desenvolvimento,

Indústria e Comércio Exterior (Mdic), permitem visualizar o cenário mais claramente.

Três setores (material de transporte, incluindo veículos, partes, peças e acessórios; medicamentos e suas matérias-primas; adubos, fertilizantes e suas matérias-primas) foram responsáveis por 72,41% das importações realizadas pelo Estado no ano passado, diante de uma participação de 58,17% em 2006. Em anos anteriores, as importações ocorriam de forma mais pulverizada, distribuídas entre um número maior de setores e empresas.

O maior avanço foi registrado pelo setor de transportes, que comprou lá fora o correspondente a US\$ 638,679 milhões no ano passado, crescendo 146,6% em relação aos US\$ 259,021 milhões importados em

2006, numa impulsão explicada pela consolidação de duas montadoras (veículos e colheitadeiras) em Catalão e pela instalação de uma segunda em Anápolis. Diante da recuperação da renda no campo e do aumento médio dos preços daqueles produtos, as importações de fertilizantes aumentaram 126,9%, para US\$ 287,721 milhões, enquanto as compras de medicamentos experimentaram variação de 59,7%, alcançando US\$ 305,731 milhões.

Somados, os três segmentos compraram o equivalente a US\$ 1,232 bilhão (113,4% mais do que os US\$ 577,336 milhões importados em 2006). Como exportaram apenas US\$ 44,585 milhões em 2007, aquelas indústrias deixaram um rombo comercial de US\$ 1,187



Concentração

Carnes, soja e minério explicam 83% do crescimento das exportações goianas nos últimos 10 anos, valores em US\$ milhões)



(*) Inclui petróleo, gás (refino), de cabos, fertilizantes, amido e açúcar.



Fonte: Seplan-GO

bilhão no ano passado, mais de 115% acima do déficit anotado em 2006 (US\$ 551,153 milhões). As montadoras de veículos produziram déficit de US\$ 617,046 milhões (151% a mais), seguidas pelo setor de medicamentos, com rombo de US\$ 304,419 milhões (mais 61,5%), e pela indústria de mineração (US\$ 266,079 milhões, com crescimento de 127,6%).

Três empresas foram responsáveis por 61,75% do crescimento das importações, elevando sua participação nas compras externas de 51,11% em 2006 para 55,55% no ano passado. Entre elas, duas montadoras. A Caoa Montadora de Veículos teve o maior incremento, com suas importações passando de US\$ 69,590 milhões para US\$ 276,663

milhões (mais 297,6%). A MMC Automotores do Brasil, instalada em Catalão, assumiu a liderança na pauta importadora, com compras de US\$ 340,559 milhões (mais 52,9%), representando um quinto das importações goianas. A segunda colocada no ranking de importações foi a Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos, multinacional que instalou no Estado, com incentivos do Produzir, uma central de distribuição, passando a concentrar suas importações a partir de sua unidade goiana. Apenas no ano passado, importou US\$ 327,984 milhões (19,3% das compras externas totais), num avanço de 52,53%.

MANUFATURADOS E DÉFICIT

A indústria de manufaturados exportou a

partir de Goiás, no ano passado, um total de US\$ 198,496 milhões, num salto de 88,4% em comparação com os US\$ 105,357 milhões exportados pelo setor nos 12 meses de 2006. As importações de manufaturados, no entanto, cresceram de US\$ 884,835 milhões para praticamente US\$ 1,550 bilhão, representando 91,1% de todas as compras realizadas pelo Estado no mercado mundial. A balança comercial do setor fechou o ano com um rombo de US\$ 1,351 bilhão, num avanço de nada menos do que 73,3% em relação a 2006, quando o déficit havia sido de US\$ 779,478 milhões.

Nos últimos 10 anos, o déficit comercial da indústria de manufaturados experimentou incremento de 669,5%, resultado de um avanço de 650% nas importações, diante de crescimento de 540,6% nas exportações desde 1997.

Mão na massa, de novo

■ Divina Rosa

Depois da realização da primeira etapa do programa de Arranjo Produtivo Local (APL) de Artesanato, encerrada em dezembro, a população de Cidade Ocidental, no Entorno do Distrito Federal, se mobiliza para a segunda fase, prevista para começar em fevereiro, com recursos de R\$

203,7 mil provenientes do governo federal e contrapartida do Senai, executor das atividades. A liberação dos recursos foi anunciada pelo coordenador da Região Integrada de

Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), Carlos Henrique Sobral, ao participar, em dezembro, da entrega de certificados dos cursos realizados no APL.

O novo projeto foi viabilizado por meio de convênio entre Ministério da Integração Nacional, via Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), Ride e Sistema Fieg/Senai.

Segundo Carlos Henrique Sobral, essa segunda etapa visa consolidar as ações do

primeiro projeto. "O Ministério da Integração Nacional/SCO e a Ride perceberam a importância de promover a continuidade do trabalho desenvolvido no APL e da organização já conquistada pelo mesmo. Precisamos agora dar sequência e consolidar a atividade econômica do artesanato em Cidade Ocidental."

ARRANJO PRODUTIVO DE CIDADE OCIDENTAL ENTRA NA SEGUNDA ETAPA, COM RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL E EXECUTADO PELO SENAI

Em reunião recente com a presidente da Cooperativa de Produção Artesanal Mãos Criativas (Cooperarte), Myrtes Roldão, o coordenador de Projetos Especiais do Senai, Walmir Telles, explicou que o foco dessa vez será o fortalecimento do trabalho cooperativo, com melhoria da qualidade, divulgação e comercialização dos produtos. A expectativa da população é grande com relação à segunda etapa do programa APL. Mesmo sem



Bordado e costura: no total, 407 artesãos receberam treinamento até aqui

divulgação, já existe uma demanda para cursos, com cerca de 350 pré-inscrições feitas pela Cooperarte e pelo Clube de Mães.

O projeto prevê a realização de mais 930 horas de cursos técnicos em artesanato e de capacitação gerencial, além de palestras temáticas (workshops), para desenvolver conhecimentos básicos de gestão, design e comercialização, visando estimular nos atores locais a cultura empreendedora, motivação e a auto-estima. Serão prestadas também 240 horas de assistência técnica em gestão cooperativa e comercial com objetivo de orientar e acompanhar as rotinas de trabalho e de execução do planejamento estratégico da Cooperarte, de acordo com suas demandas e necessidades pontuais.

Nesta nova etapa, o Senai pretende promover maior envolvimento e participação da prefeitura municipal e suas secretarias. Para tanto, já está programada reunião entre o prefeito Plínio Araújo, o coordenador da Ride, Carlos Henrique Sobral, o coordenador e técnicos do Senai Goiás e representantes da Cooperarte e do Clube de Mães.



Capacitação: maior apuro e qualidade nos trabalhos desenvolvidos em Cidade Ocidental



Artesãs: proposta é consolidar avanços realizados durante a primeira fase do programa

APL em ação

(Atividades previstas para 2008)

Cursos/Workshops

	Nº de turmas	Vagas	Carga horária
Empreendedorismo e Artesanato	2	100	6h
Motivação para Vender Mais e Melhor	2	100	6h
Como Agregar Valor em Vendas	2	100	6h
Artesanato e Economia	2	100	6h
Design e Artesanato	2	100	6h
Formação do Preço de Venda	2	40	30h
Chefia e Liderança	2	40	30h
Qualidade no Atendimento ao Cliente	2	40	30h
Técnicas de Vendas com Eficácia	2	40	30h
Organização de Eventos	2	40	60h
Etiqueta Comportamental e Social Profissional	2	40	40h
Oficina pintura em tecidos	2	30	80h
Oficina de biscuit	2	30	80h
Oficina de bordado em pedraria (básico)	2	30	80h
Oficina de bordado em pedraria (avançado)	2	30	80h
Crochê em bolsas	2	30	80h
Decupage	2	30	80h
Artesanato em velas (parafina)	2	30	80h
Embalagens	2	30	80h
Fabricação de bombons de chocolate	2	30	40h
TOTAL	40	1010	930h

Ass. Técnica e tecnológica

Gestão Cooperativa e Comercial

Carga horária

240 h

Público-alvo

Cooperativa e Clube de Mães

Primeira etapa capacitou 407 artesãos

Na primeira etapa do programa APL, a Faculdade de Tecnologia Senai Roberto Mange, de Anápolis, responsável pela execução, realizou oficinas nas áreas de design, biscuit, pintura em tecidos, flores de meias, bordado em pedraria, bijuteria e cooperativismo, aperfeiçoando mais de 407 artesãos, com carga horária total de 1.032 horas. Os investimentos foram da ordem de R\$ 117,4 mil, com repasses do Ministério da Integração e contrapartida do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), integrante do Sistema Fieg.

Para a presidente da Cooperativa de Produção Artesanal Mãos Criativas (Cooperarte), Myrtes Roldão, um dos avanços alcançados por meio das ações do programa APL foi a organização da própria cooperativa, que hoje conta com 59 cooperados. Segundo ela, ainda não se tem um controle das vendas e da produção, mas houve grandes avanços nesse sentido. "Não dá para falar em números, mas dá para falar que melhorou e muito."

Presidente do Clube de Mães, uma das entidades parceiras do programa com 350 associadas, Marli Paulino da Silva ressaltou a qualificação como um dos principais benefícios promovidos. "Hoje, os nossos produtos têm mais qualidade no acabamento, aperfeiçoamos o design. As ex-alunas dos cursos promovidos pelo APL dão aula para crianças carentes do município. Estamos multiplicando o que aprendemos."

Curso de capacitação: executivos e donos de empresas recebem treinamento especializado



Programação de cursos 2008

Data

Capacitação de Representantes da Direção	19/03
Uso das Ferramentas da Qualidade para Melhoria Contínua	26/03
Interpretação da Norma ISO/IEC 17025:2005	02 e 03/04
Formação de Auditores Líderes da Qualidade - ISO 9001:2000	07 a 11/04
Interpretação da Norma ISO 900:2000	09 e 10/04
Formação de Auditores Internos da Qualidade - ISO 9001:2000	16 e 17/04
Validação de Ensaios Químicos	24 e 25/04
Formação de Auditores Líderes de Sistema de Gestão Ambiental ISO 14001:2004	12 a 16/05
Documentação de Sistemas de Gestão	28/05
Contatos IEL Goiás (62) 3219-1444 / 1448	

BÊ-Á-BÁ

Empresários buscam capacitação executiva para ampliar conhecimentos, habilidades gerenciais e incrementar a competitividade de seus negócios

■ Célia Oliveira

O singelo conhecimento dos cálculos de contabilidade permitiu ao diretor regional da Viasoft, empresa de desenvolvimento de softwares, conversar de igual para igual com o contador. "Isso me deu uma visão abrangente dos negócios", diz Marcelo de Azevedo. O bê-á-bá das finanças foi um dos benefícios que ele teve no curso de Capacitação Empresarial na Área de Gerenciamento Financeiro, oferecido pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás), em parceria com o Sebrae e IEL Nacional.

Por trabalhar em área dinâmica, que exige constantes atualizações, Marcelo Azevedo procurou o curso por entender que novas experiências e informações fazem parte da rotina de qualquer empresário. Ele conta que con-

seguiu, com facilidade, absorver o aprendizado repassado em 90 horas-aula, considerando significativo o conteúdo relativo ao planejamento tributário da empresa. "Senti na prática o resultado do curso quando tomei conhecimento dos cálculos de contabilidade", atesta.

O desenvolvimento de capacidade técnica, aliado a habilidades adequadas ao gerenciamento de empreendimentos, proporcionou a Azevedo o aperfeiçoamento da autoconfiança, "o que me permitiu trabalhar um pensamento estratégico para agir com firmeza nas tomadas de decisões".

CONHECIMENTO E AÇÃO

Em cursos como esse, empresários e profissionais buscam no IEL Goiás a oportunidade de melhorar níveis de conhecimentos específicos tanto para a gestão quanto para a

formação e capacitação, no sentido de responder com presteza às questões mercadológicas atuais que, de uma maneira ou de outra, afetam os negócios.

Ao apresentar ferramentas especiais que podem ser aplicadas em diversas áreas de interesse do profissional e da empresa, os treinamentos do IEL são alinhados com as tendências atuais, promovem mudanças no perfil da pessoa e influem no comportamento e posicionamento das empresas.

Outro exemplo é o do consultor Alexandre Barros, que participou do curso de interpretação da NBR ISO 9001:2000 e, em sua avaliação, teve todas as suas expectativas profissionais atendidas. "Esperava um curso que fosse além da teoria. Os exemplos práticos para implementação da norma na empresa, hoje, fazem a diferença no meu trabalho."

Bons frutos, novos compromissos

Braço da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em âmbito nacional, e do Sistema Fieg, em Goiás, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) completou no dia 10 de março 38 anos, com atuação intensa e revigorada como agente promotor do desenvolvimento tecnológico, social e econômico das organizações e do jovem estudante. "Comemoramos o aniversário com entusiasmo pelos passos firmados e euforia, por vislumbrar um futuro estimulante e promissor para a atuação do IEL Goiás", afirma o superintendente Paulo Galeno Paranhos.

Em sua trajetória, marcada pelo acompanhamento das transformações do cenário produtivo e político, notadamente no setor empresarial, oferecendo inicialmente o programa de integração universidade-indústria, o IEL assume regularmente novos desafios e responsabilidades. "Nossa missão é sempre contribuir para o desenvolvimento das pessoas e da competitividade empresarial." De acordo com Paranhos, todas as áreas do instituto oferecem produtos e serviços compatíveis com a velocidade das mudanças e em sintonia com as demandas das organizações.

Com meta de crescer continuamente em Goiás, o IEL vem ao longo de sua existência colhendo bons frutos. Exemplos estão na abertura de novas unidades no interior. Além de Goiânia, o instituto está presente em Anápolis, Catalão, Itumbiara, Luziânia e Rio Verde. "A descentralização da oferta de soluções empresariais torna o trabalho do IEL mais ágil e eficaz para os clientes", enfatiza Paranhos. Bons resultados também são contabilizados no volume de atendimentos, no lançamento de serviços e na própria estrutura interna, flexível e conectada às demandas das organizações que atende no Estado e em outras regiões.

O AMANHÃ

A celebração dos 38 anos leva o IEL Goiás a refletir sobre novos caminhos a percorrer, novos compromissos. "Para se manter como instituição estratégica, não vamos parar por aqui", reforça o superintendente, lembrando que, do programa mais tradicional – o estágio –, aos dias de hoje o IEL nunca estacionou e sempre buscou inovar, estabelecendo parcerias e implementando ações que resultam no fortalecimento das organizações e no bem comum de seus públicos-alvos.

Essa preocupação é demonstrada com o lançamento, em 2007, do site www.sitedoestagio.com.br, ao possibilitar expansão de vagas de estágio e colocação de estudantes em contato com o mercado de trabalho. A oferta de novos cursos, a expansão de programas como o IEL Talentos, de Qualificação de Fornecedores (PQF), Benchmarking Industrial, Pesquisas e Consultoria são o arcabouço de inteligência empresarial e das soluções à disposição das organizações goianas.

Instituto Euvaldo Lodi comemora seu 38º aniversário e assume novos desafios e responsabilidades

Atendimentos em 2007

Programas/áreas	Resultados
Estágio	35.085 alunos cadastrados
	14.252 alunos contratados
Consultoria	49 empresas atendidas
	90 novos contratos
Pesquisas	32 concretizadas
Cursos	33 abertos
	12 <i>in company</i>

"Nossa missão é contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas"

*Paulo Galeno Paranhos,
superintendente do IEL Goiás*



Dois **diplomas** ao mesmo **tempo**

**DE OLHO NAS DEMANDAS DO MERCADO,
PROJETO PEDAGÓGICO DESENVOLVIDO
PELO SESI E SENAI UNE ENSINO MÉDIO E
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

■ *Andelaide Pereira*

Em meio à disputa por emprego em mercado de trabalho altamente competitivo, a baixa qualificação profissional é cada vez mais obstáculo aos candidatos a uma vaga – em Goiás, mais de 57 mil postos de trabalho não foram ocupados em 2007 devido à falta de mão-de-obra capacitada, segundo dados do Sistema Nacional do Emprego (Sine-GO).

Em mais uma ação para ajudar a combater esse antigo problema, Sesi e Senai passam a oferecer no Estado um novo produto, referendado pela experiência de ambos de mais de meio século de atuação na área de educação. Em fevereiro, as instituições colocaram em prática um projeto pedagógico integrado, compreendendo o ensino médio e a educação profissional.

A iniciativa, baseada no indicativo de que teoria e prática devem estar associadas na aprendizagem do aluno, busca resultados significativos em relação ao ensino convencional e inserção mais fácil no mundo do trabalho. Desde 2005, o Senai já desenvolve em Catalão, no Sudeste do Estado, experiência semelhante em parceria com a Secretaria Estadual de Educação. A Escola Senai local ministra o curso técnico em eletromecânica de forma articulada com o ensino médio do Colégio Estadual João Netto de Campos, para turma de 32 alunos.



Aula inaugural: alunos do curso técnico de artes gráficas visitam oficinas do Senai

Aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, o novo projeto de ensino articulado será desenvolvido, inicialmente, em Goiânia e Anápolis, pelas escolas Senai e Sesi Vila Canaã e Faculdade de Tecnologia Senai Roberto Mange e Sesi Jundiá, respectivamente, que oferecerão 240 vagas. Em três anos de duração, mais estágio curricular, os concluintes sairão com o ensino médio e curso profissionalizante completos, com habilitação nas áreas de automobilística, alimentos, artes gráficas, eletrotécnica, eletromecânica e química.

Para o gerente de Educação Profissional do Senai Goiás, Manoel Pereira da Costa, essa alternativa de formação propõe não apenas a educação para o trabalho, mas também a preparação para outros papéis sociais e o exercício da cidadania. "O objetivo é fortalecer e potencializar esforços e recursos, buscando ampliar e melhorar cada vez mais a qualidade dos serviços oferecidos pelas instituições para habilitar um profissional com competências diversificadas e, assim, atender às demandas do setor produtivo".



"Formação voltada para a realidade do mercado"

Cristiana Starling, coordenadora do curso técnico em alimentos



"Preparação para o mercado de trabalho e para a cidadania"

Manoel Pereira da Costa, gerente de Educação Profissional do Senai Goiás



"Formação mais completa valoriza o aluno no mercado"

Ricardo Moraes, professor de Biologia do Sesi Vila Canaã

NOVO MERCADO, NOVO TÉCNICO

O surgimento de novas tecnologias tem provocado rápidas transformações nos processos de produção e exigido profissionais preparados para enfrentar um mercado de trabalho cada dia mais competitivo. Segundo Ricardo Moraes, professor de Biologia do Sesi Vila Canaã, os cursos articulados foram estruturados a partir desse cenário. "Criamos um modelo com novos conteúdos, que aliam teoria e prática em um mesmo projeto pedagógico, noções de empreendedorismo, além de conhecimentos técnicos e tecnológicos. Essa formação mais completa irá valorizar o aluno no mercado", acredita.

É o que pensa também a coordenadora do curso técnico em alimentos do Senai Vila Canaã, Cristiane Starling. Para ela, a articulação entre o ensino médio e a educação profissional é um diferencial importante. "Os concluintes terão maior empregabilidade porque vão aprender a trabalhar com recursos e equipamentos disponíveis nas empresas, com formação voltada para a realidade do mercado".

Tuberculose, O alvo

■ Débora Orsida

Campanha de prevenção e controle pretende também informar trabalhadores da indústria sobre a doença e meios de tratamento

Perguntas e respostas sobre a tuberculose

O que é a tuberculose?

É uma doença infecciosa causada por um micróbio chamado bacilo de Koch. É contagiosa, quer dizer, passa de uma pessoa para outra e atinge principalmente os **pulmões**, mas pode ocorrer em outras partes do corpo, como **gânglios**, **rins**, **ossos**, **intestinos** e **meninges**.

Como diagnosticar a tuberculose?

Toda pessoa que apresente tosse por três ou mais semanas deverá procurar o posto de saúde mais próximo de sua residência, para ser avaliado por um médico e fazer o exame de escarro (baciloscopia). Esse exame é muito importante porque permite descobrir aqueles doentes que eliminam os bacilos e que são, portanto, fonte de transmissão.

É indispensável realizar o exame de escarro para um diagnóstico correto e é muito importante a colheita adequada do material, para garantir a qualidade do exame. Por isso, peça ao profissional de saúde que explique muito bem como fazer. Além do exame de escarro, o profissional de saúde também poderá pedir uma radiografia do tórax. Outros exames, como a cultura do escarro e um teste chamado PPD, também podem ser necessários. Você não precisa pagar pelos exames.



Em meio à luta travada em todo o País contra a dengue e a febre amarela, outra doença – a tuberculose – é também alvo das atenções do Sesi, tanto por se tratar de uma questão de saúde pública quanto por representar uma importante causa de afastamento do trabalho.

Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) mostram que o Brasil ocupa o 15º lugar entre os países responsáveis por 80% do total de casos de tuberculose. Em todo o mundo, a doença causa 2 milhões de mortes por ano. No Estado de Goiás, em 2005, foram notificados 839 casos, dos quais 221 em Goiânia. O Sistema de Informações Hospitalares, da rede hospitalar estadual, registrou, em cinco anos, 1.562 internações por tuberculose.

Preocupados com essa realidade, o Sesi e o Ministério da Saúde lançaram no final de março a Campanha de Prevenção e Controle da

Tuberculose no Ambiente do Trabalho.

Em Goiás, a campanha conta com a parceria da Secretaria Estadual de Saúde, das Secretarias Municipais de Saúde de Goiânia e Aparecida de Goiânia, do Centro Estadual de Referência da Saúde do Trabalhador e da Associação Damien do Brasil. "Essas instituições se uniram para combater a tuberculose e principalmente informar os trabalhadores das indústrias sobre o que é a doença, como identificá-la e os tratamentos disponíveis, gratuitamente, nos postos de saúde", frisa Marco Antônio Naves, gerente de Saúde do Sesi Goiás.

Chefe da Divisão de Doenças Transmissíveis da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia, Gilma Moreira explica que para diminuir o número de casos é preciso que o paciente faça o tratamento até o fim. "A tuberculose tem cura, mas é preciso que o doente tome a medicação durante seis meses. Todo o tratamento é gratuito e

disponível nas unidades de saúde. O único trabalho do paciente é o de tomar, corretamente, os remédios."

Magaly de Carvalho, coordenadora de Tuberculose da Secretaria Municipal de Saúde de Aparecida de Goiânia, acrescenta que é muito importante identificar rapidamente o paciente com tuberculose para tratá-lo logo, reduzindo a chance de contaminação no ar. "Se o ar não fica contaminado, evita-se a transmissão do bacilo para outras pessoas."

Para diminuir a chance do contágio é importante também melhorar as condições de habitação. Se há muitas pessoas dormindo no mesmo quarto, em casas mal ventiladas e onde não bate sol, o risco da contaminação é muito maior. Há ainda medidas de proteção individual, como a vacina BCG e a prevenção com remédio, que se chama quimioprofilaxia. A vacina é aplicada no primeiro mês de vida e é capaz de prevenir as formas mais graves da doença nas crianças.



Como surgiu?

Há evidências de que a tuberculose existe desde os tempos pré-históricos. A doença já foi encontrada em esqueletos de múmias do antigo Egito (3000 a.C) e, mais recentemente, numa múmia pré-colombiana no Peru.

Como se pega?

Quando o doente tosse, fala ou espirra, ele espalha no ar gotas pequenas, mas muito pequenas mesmo, com o micróbio da tuberculose. Uma pessoa com boa saúde que respira este ar pode levar o micróbio para seu pulmão.



Todo paciente com tuberculose pode transmitir a doença?

Não. Somente os pacientes com a doença no pulmão que sejam bacilíferos, ou seja, aqueles que eliminam o bacilo de Koch no ar. Quem tem tuberculose em outras partes do corpo não transmite a doença, porque não elimina os bacilos pela tosse.

Como tratar a doença?

A tuberculose tem cura, desde que o doente siga corretamente as orientações do médico e dos demais profissionais de saúde, responsáveis pelo acompanhamento. Se a pessoa com a doença não se tratar adequadamente, a probabilidade de morte é grande e quando o paciente abandona, por conta própria, o tratamento, isso possibilita o surgimento de bacilos de Koch resistentes aos remédios que hoje são usados para tratar a doença. Para o tratamento da tuberculose é necessário, em geral, um tempo de seis meses.

Fonte: Ministério da Saúde



FALTA PARTICIPAÇÃO

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte é o único que funciona em Goiás, mas peca pela falta de mobilização de seus representantes

Resultados discretos até o momento

Miguel Soli

O resgate do meio ambiente e a sua preservação jamais dependeram da ação isolada de organismos sociais, sejam eles de natureza pública ou privada. Esse axioma se torna cada vez mais evidente quando o tema é a formação e o fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas no território goiano, os chamados "parlamentos das águas". Mas, segundo análise dos dirigentes dos próprios comitês, há nítido desinteresse dos membros que os compõem em se dedicar ao assunto, residindo aí um gargalo a ser superado. Esses organismos devem estabelecer as políticas de gestão dos recursos hídricos, fixando, inclusive, tarifas sobre o uso das águas.

Ao contrário de Estados como Minas Gerais e São Paulo, que possuem vários comitês funcionando plenamente, em Goiás apenas uma bacia hidrográfica está organizada, a do Rio Meia Ponte (Cobamp). Em Minas, por exemplo, toda a extensão do afluente do Rio Paranaíba chega a reunir 28 comitês, onde vários segmentos da sociedade civil participam das decisões. No caso de São Paulo, há 22 comitês que abrangem várias regiões, especialmente a dos Rios Tietê, Moji-Guaçu e Paraíba do Sul. Já em relação à Bacia Hidrográfica do Meia Ponte, muito pouco se fez até agora e os resultados são, na melhor das hipóteses, discretos.

A Bacia do Rio Meia Ponte vai completar cinco anos em abril sem muito que comemorar. "Existem vários problemas operacionais e de sustentabilidade que estão dificultando o cumprimento das suas atribuições e administração, como a falta de apoio do órgão gestor de recursos hídricos, pouca participação dos prefeitos, número pequeno de reuniões de câmaras técnicas e baixa capacitação de seus membros", afirma o presidente do Comitê da Bacia do Meia Ponte, Marcos Correntino,



Metas para reduzir a poluição nos mananciais: plano visa reduzir geração de lixo e esgotos

engenheiro eletricista e especialista em hidrologia e recursos hídricos.

Apesar das dificuldades, esse comitê ainda tem uma longa trajetória pela frente. Correntino acredita no seu sucesso dentro de 10 ou 12 anos. Entre 2003 e 2008, o Cobamp produziu 11 deliberações e três moções. Correntino destaca a deliberação mais importante (nº 10/2007, de 24 de agosto), que aprova o Plano de Metas de Abatimento de Cargas Poluidoras e de Volume de Esgoto para o Ribeirão Santo Antônio, em Aparecida de Goiânia, apresentado pela Saneago à Agência Nacional de Águas (ANA). Esse plano é contemplado pelo Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas e está em andamento.

Outras deliberações merecem destaque. Uma delas, a de nº 11/2007, aprovada em 10 de outubro, anuncia a elaboração de um plano de recreação e lazer ecológico desenvolvido para o reservatório a ser formado pela barragem do Ribeirão João Leite. E a outra, a deliberação nº 6/2005 (15 de dezembro), trata da perfuração, fiscalização e outorga de poços

tubulares em Goiânia.

O comitê aprovou ainda três moções, duas delas em 2007 e uma em 2005. Em linhas gerais, segundo Marcos Correntino, essas propostas visam combater e prevenir as causas e os efeitos adversos da poluição nos corpos d'água. "O principal objetivo das moções é estimular medidas de proteção das águas contra ações que possam comprometer o uso atual e futuro da Bacia Hidrográfica do Meia Ponte", esclarece.

O engenheiro afirma que o comitê pode vencer seus próprios desafios, caso o órgão gestor, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), abrace definitivamente a causa do Meia Ponte. E dispara: "As deliberações do Cobamp não são cumpridas pela Semarh. Isso acontece devido a questões da burocracia do órgão." Além disso, Correntino reitera o desinteresse das prefeituras. "Dos 39 municípios que compõem a bacia, nove prefeitos titulares e nove suplentes têm direito à voz e voto, porém, poucos comparecem às reuniões plenárias", afirma.

Quem polui paga

O vice-presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte e diretor da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Fábio Rassi, tem uma posição crítica em relação a um aspecto muito peculiar e inerente aos comitês: a cobrança pelo uso da água. Segundo ele, essas comissões criadas para validar esse tipo de cobrança são artificiais e não evoluem porque falta a participação da sociedade organizada. "Se representantes das organizações não-governamentais e das entidades de classe, por exemplo, não estão articulados, a formação dos comitês é forçada", opina.

Rassi defende que as tarifas sobre o uso da água recaiam sobre as companhias de saneamento que lançam efluentes nos rios sob pena de haver comprometimento irreversível dos recursos hídricos. Nessa linha de raciocínio, o diretor da Fieg poupa quem faz a captação, como é o caso dos proprietários rurais e das hidrelétricas: "Os agricultores utilizam o potencial hídrico para incrementar a produção. E as usinas já pagam uma contrapartida financeira em razão da natureza de sua atividade. Não vejo o porquê de impor essa cobrança àqueles que promovem o desenvolvimento econômico", pondera.

Ele condena o lançamento indiscriminado de esgoto sem o devido tratamento. "É um crime", diz. A imposição de tarifas aos que dilapidam o meio ambiente pode, ao menos, minimizar os impactos causados pela contaminação dos rios, córregos e nascentes. Rassi também critica a Saneago por ser um agente poluidor, pois trata a água de forma inadequada. Na sua opinião, falta à estatal um plano de investimentos para o setor. O diretor da Faeg aponta o perigo do lançamento de detritos e lixo de toda espécie e sem controle. "É preciso tratar os efluentes líquidos antes de despejá-los nos rios", preconiza. Fábio Rassi pondera que as águas superficiais e subterrâneas devem ser a preocupação dos comitês ante a iminência de um desastre natural de proporções incalculáveis. E faz questão de reiterar: "A cobrança do uso da água deve seguir um critério lógico e não onerar o setor produtivo".

Um comitê para o Paranaíba

No dia 4 de março, o município de Itumbiara fechou o ciclo de encontros regionais que visam à formação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. Foram realizadas reuniões em Caldas Novas, Rio Verde, Jataí e Goiânia. A instalação desse comitê está prevista para o final de maio. Vários debates pontuaram esses encontros, entre os quais a cobrança pelo uso da água e o papel de cada câmara técnica no tocante a garantir a funcionalidade do próprio comitê.

A Bacia do Rio Paranaíba, importante afluente da Bacia do Rio Paraná, abrange parte dos territórios de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Detalhe: 65% da bacia está em terras goianas, sendo a principal do Estado e que representa 45% do território e 75% da sua população. Nela estão instalados os principais pólos agroindustriais e agropecuários e também as principais bacias hidrográficas estaduais, como a do Rio Meia Ponte e a do Rio dos Bois. O engenheiro Marcos Correntino atesta que o Comitê da Bacia do Rio Paranaíba será um dos mais importantes do País, "ao englobar várias áreas produtivas e reunir usinas hidrelétricas ao longo de seu percurso".

Além do Rio Paranaíba, Correntino avisa que há uma diretoria provisória do Comitê da Bacia do Rio dos Bois e Turvo. Ele também alimenta a expectativa de criação futura da Bacia do Rio Corumbá devido à instalação das hidrelétricas de Corumbá 3 e 4. "Este manancial sofre com a poluição do seu afluente, o Rio Descoberto, cujas águas estão poluídas com material hospitalar. O caso é grave", denuncia. Segundo Correntino, há também a possibilidade de se criar comitês na região Sudoeste, como, por exemplo, no Rio Corrente. "A chegada de usinas e a cultura da cana justificam a criação de comitês de bacias", justifica.

O QUE DIZ O ESPECIALISTA / Marcos Correntino

FUNCIONAMENTO

Problemas operacionais dificultam trabalho do comitê

MOÇÕES

Estímulo à adoção de medidas de proteção das águas

QUALIFICAÇÃO

Pequeno número de reuniões das câmaras técnicas e baixa capacitação de seus membros preocupam

BUROCRACIA

Deliberações do comitê não são cumpridas pela Semarh





Em defesa do Meia Ponte

A Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte possui área de drenagem de 12.189 quilômetros quadrados, considerada a mais densamente povoada do Estado de Goiás, abrigo de uma população ligeiramente superior a 2,374 milhões de habitantes, distribuída em 29 municípios. Para o presidente desse comitê, Marcos Correntino, o lançamento de esgotos domésticos e industriais, o desmatamento, a irrigação, lavoura com uso de agrotóxicos, ocupação do solo sem um planejamento adequado e o extrativismo mineral são os principais fatores que contribuem para

a qualidade das águas da bacia.

O Cobamp foi instituído pela Lei Estadual nº 13.123, composto por representantes de órgãos públicos do Estado e do município, representando 40% dos membros no plenário. Os usuários das águas (40%) e segmentos da sociedade civil (20%) completam o colegiado. No total, 45 representantes e seus respectivos suplentes possuem direito a voto. Além do plenário, o comitê é constituído por uma secretaria executiva e uma diretoria, cujo mandato é de dois anos, permitida a recon-

dução, formada por um presidente, vice e secretário executivo.

Três câmaras técnicas fazem parte do Comitê da Bacia do Meia Ponte. A primeira delas é a de Assuntos Legais e Institucionais (CT-LAI) que se responsabiliza pelas seguintes tarefas: elaboração de normas administrativas e de assuntos de natureza institucional, observação e análise de leis atinentes aos recursos hídricos e outros temas relacionados com a interferência nos usos das águas de bacia, além da elaboração e modificação do regimento interno do comitê.

CASA NOVA, VIDA NOVA

Programa possibilita mudança de famílias da Favela dos Trilhos para Residencial Albino Boaventura

Lançado em fevereiro de 2007 e apresentado à sociedade em maio do mesmo ano, o Fórum Permanente de Coleta Seletiva de Material Reciclável e Inclusão Social debate problemas e soluções para a questão da coleta seletiva de materiais recicláveis, buscando a inclusão social dos trabalhadores do setor. A finalidade do programa é encontrar instrumentos que viabilizem a organização da coleta seletiva em Goiânia e a formação de um mercado para essa produção, com a intenção de valorizar o material reciclável e possibilitar o aumento da renda dos trabalhadores, melhorando qualidade de vida, saúde e bem-estar.

Uma parceria entre o Conselho Temático de Responsabilidade Social (Cores) da Fieg, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Instituto Ethos de Responsabilidade Social e o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR/GO), com apoio da Prefeitura de Goiânia, bancos, universidades, consultores, empresas e ONG's, o Fórum vem colhendo frutos, semeados no decorrer de 2007.

No dia 18 de janeiro, foi realizada a mudança da comunidade da Favela dos Trilhos, onde se instalavam os integrantes do MNCR/GO, para o Residencial Albino Boaventura. "Esse é o resultado do esforço conjunto de sensibilização dos gestores municipais para a questão da moradia daquela gente, cuja maioria é formada por catadores de material reciclado", afirma a coordenadora do Fórum e do Núcleo de Apoio a Programas Especiais da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Katlem Marla Pires de Lima. Na antiga comunidade, mais de 20 famílias viviam em situação de miséria, morando em barracos, sem saneamento básico ou qualquer medida de prevenção a doenças, com riscos ainda graves para as crianças. O esgoto corria a céu aberto e as casas não possuíam banheiro e vaso sanitário, com exceção de duas delas

**Favela dos Trilhos: miséria e
baixa qualidade de vida**



Dó-Ré-Mi-Fa-lando

A reivindicação por melhores condições de moradia já era uma bandeira do MNCR/GO, anteriormente à criação do Fórum, cujo papel foi o de ampliar o apoio para que se concretizasse a mudança. "A saída das famílias da Favela dos Trilhos para o residencial atendeu a uma necessidade premente de se promover moradia decente para aqueles trabalhadores, tendo alcançado 22 famílias que lá habitavam", diz Katleem.

Paralelamente a este esforço, o Fórum também apóia o projeto *Dó-Ré-Mi-Fa-lando a mesma língua*, originalmente destinado às crianças da comunidade da Favela dos Trilhos, em sua grande maioria filhos e filhas de cata-

dores, que visa, por meio da educação musical, religiosa e de cidadania, resgatar a infância plena dos envolvidos. O projeto é coordenado pela professora Rose Marie Mendes Moreira, que idealizou os principais pontos do programa com objetivo de promover a inclusão social de filhos de catadores de material reciclável. "Visamos também estimular o desenvolvimento da conscientização, da auto-disciplina, da afetividade e da sociabilização das crianças. Aprender e construir normas de conduta que regem a interação social, formar bons hábitos e atitudes é o que elas vivenciam nas atividades", diz Rose.

Em busca de novas parcerias para o projeto

O *Dó-Ré-Mi-Fa-lando a mesma língua* deu origem ao grupo musical que leva o mesmo nome, composto por crianças e adolescentes que estão aprendendo canto e flauta, tendo se apresentado em diversas ocasiões. O programa desenvolve, ainda, aulas de iniciação musical em flauta doce, oficina de bem-estar para o despertar da consciência do ser humano integral e responsável pela construção de seu próprio crescimento, incluindo sessões de reflexão e de estudos sobre os valores da ética do caráter, oficina de leitura, oficina de alfabetização, oficina de matemática, aula de capoeira e outras atividades. De acordo com Rose, são atendidas 40 crianças, três vezes por semana. "Este é um projeto de inclusão social que funciona atualmente com participação de voluntários, aberto para receber doações e participação voluntária", ressalta Rose.

Ela conta que no início do programa, em janeiro de 2007, as aulas de canto e flauta eram realizadas na cozinha de uma das moradoras, um espaço pequeno para a quantidade de crianças assistidas. Mas, em seguida, as aulas passaram a ser ministradas no espaço da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Ordem e Progresso (ACOP). Com a mudança da comunidade para o Residencial Albino Boaventura, o projeto está se reestruturando, pois ainda não foi definido um novo espaço apropriado para as atividades. Mas novas parcerias estão sendo buscadas para solucionar o problema e assim serem retomados os trabalhos com as crianças.



TRANSPORTE DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS, EMPILHADEIRA, GUINDASTE, REMOÇÕES E SERVIÇO DE MUNCK EM GERAL.

62 3297-5522

Av. Ipiranga, nº. 90 (próximo ao trevo da saída de Trindade)
CEP 74453-140, Bairro Ipiranga - Goiânia-GO



Simagran

Manual de rochas

Até o final do semestre deverá estar pronto e será distribuído em todos os sindicatos brasileiros o novo manual de rochas ornamentais, mostrando onde comprar e como utilizar, com dicas para aplicação em áreas externas e internas. Há quase dois anos, informou o presidente do Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais, Carlos Queiroz de Paula e Silva, o manual vem sendo planejado para combater a má ação dos especificadores e orientadores.



Simplago I

Reciclagem plástica

Defender o uso responsável dos plásticos, que são materiais úteis, nobres, resistentes e de grande valor energético. Degradá-los é o mesmo que desperdiçar e poluir o ambiente com uma importante fonte de energia, afirma o engenheiro Rogério Aquino (foto), diretor do Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás sobre a polêmica do uso das sacolas plásticas em estabelecimentos comerciais. A reciclagem pode poupar energia e gerar empregos.



Sindfargo

NEO QUÍMICA INVESTE

Terceira maior empresa do ramo em vendas unitárias e nona em faturamento no País, o laboratório Neo Química (foto) acelera investimentos, segundo Ivan da Glória Teixeira, presidente do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas do Estado de Goiás (Sindfargo). No ano passado, com a produção de 205 milhões de caixas de dietéticos, houve crescimento de 23%. A indústria adquiriu, ainda, os laboratórios Avante Pharma, de Minas Gerais, e o paulista Línea, de produtos dietéticos, e incorporou, desde janeiro, o Laboratório Ducto. A meta é chegar aos 300 milhões de caixas produzidas e lançar 50 produtos, num crescimento de 40% até o final de 2008. A empresa investe ainda na construção de nova unidade para medicamentos de uso oral e em outra para produtos injetáveis, num investimento total de R\$ 60 milhões.

Simplago II

Coleta seletiva

A reciclagem mecânica gera novamente produtos que podem ser utilizados nos mais diversos tipos de indústrias e na reciclagem energética capaz de produzir energia elétrica, como é o caso de vários países que operam usinas térmicas a partir de plásticos descartados, entre eles o Japão, que possui 190 delas. Para que isso aconteça de forma expressiva no Brasil são necessárias políticas públicas que incentivem a coleta seletiva e a reciclagem, defende Rogério Aquino.

Sigego

Panfletos

Com a proibição da panfletagem nos locais de grande movimento, aliada à nota fiscal eletrônica, deverá deixar o mercado a maioria das micros e pequenas empresas, que somam 80% das gráficas, disse Antônio Almeida, presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas. Existem quase 600 indústrias em Goiás, a maioria na região metropolitana da capital, com 3.500 trabalhadores diretos e 2 mil indiretos. A diretoria do sindicato tem tentado junto à Prefeitura de Goiânia pelo menos paliativos que não sejam tão nocivos ao setor. "Não existem registros de assaltos nem de acidentes automobilísticos nesses locais onde se entregavam panfletos", opina Almeida.





Sinvest I

Marca goiana

Fomentar a venda local por meio dos lojistas e assessores de moda. Com esse objetivo, José Divino Arruda, presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário promoveu de 5 a 7 de março, no Papillon Hotel, o primeiro encontro de empresas de roupa do interior goiano. Jandaia, Jaraguá, Taquaral, Pontalina, Catalão, Aparecida de Goiânia e Trindade, dentre outras, estiveram presentes à exposição, que permitiu contatos com futuros compradores por intermédio de assessores de moda.



SINDTRIGO TRIGO NO CERRADO

A qualidade do trigo produzido no Cerrado tem superado as expectativas do setor, concorrendo com a da tradicional produção paranaense ou com a do importado da Argentina. Agora, os produtores defendem medidas para garantir preço mínimo, capacidade armazenadora e investimentos na disseminação da cultura. Quase 300 plantadores, indústrias de moagem e representação dos panificadores participam do 1º Encontro do Trigo no Cerrado, no dia 28 de março, no hotel Estância Parque, em Anápolis, informa André Lavor, presidente do Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste. O evento costou de apresentação de estudos, palestras de técnicos respeitados, além de oferecer oportunidades de negócios.



**A PRODUÇÃO DE TRIGO
EM GOIÁS DEVERÁ
ENCOLHER PARA 42,3 MIL
TONELADAS NA SAFRA
2007/2008 (8,4% A MENOS)**

Sinvest II

Mostra moda

A edição deste ano da feira Goiás Mostra Moda será realizada entre 27 e 31 de maio, no Flamboyant Shopping Center, numa promoção do Fórum de Entidades de Apoio à Moda, formado por entidades do setor exclusivamente para a realização do evento. O fórum também promoveu, no Mercado Popular, uma "avant première" da mostra, em apresentação para a imprensa, empresários e parceiros do projeto.

Diego Medrano



Sinvest III

Potencial

Surpreso com o potencial goiano no setor de confecções, Lucas Izoton Vieira, presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo, que esteve em Goiânia para participar de uma reunião do Conselho da Micro e Pequena Empresa da CNI, tirou um dia para conhecer a produção local, acompanhado por José Divino Arruda. Empresário bem-sucedido, dono da marca Cobra D'água, Izoton possui pontos de vendas em todo o País e um representante em Goiás.

“A partir de agora, é preciso ser ainda mais seletivo na apreciação das propostas”



José Carlos Siqueira

ex-secretário de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás
seplan@seplan.go.gov.br

FCO: juro menor estimula novos empreendimentos

Uma das iniciativas mais alvissareiras para a aceleração do processo de desenvolvimento do Centro-Oeste é, sem dúvida, a redução das taxas de juros nos financiamentos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO). A boa notícia está contida no Decreto nº 6.367, da Presidência da República, publicado no *Diário Oficial da União* do dia 30 de janeiro, com efeito retroativo a 1º de janeiro deste ano.

A medida, contudo, não vem de forma gratuita. É resultado de continuados debates, seguidas reivindicações e até mesmo pressões por parte de todos os agentes que trabalham pelo crescimento econômico e social do Centro-Oeste e defendem o fortalecimento de políticas de desenvolvimento regional. Induem-se neste grupo os representantes do poder público nos Estados, assim como as lideranças empresariais, em especial aquelas que têm assento nos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento e no Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/FCO). Vale ressaltar que a redução das taxas de juros do FCO tornou-se, nos últimos anos, tema prioritário em todas as reuniões técnicas e encontros realizados nos Estados e no Condel, sob coordenação do Ministério da Integração Nacional.

Com base nas argumentações desses

mesmos agentes, o governo federal acabou compreendendo que os juros praticados pelo FCO estavam realmente elevados, principalmente por causa das sucessivas quedas da taxa básica de juros (a Selic), o que tornava os encargos financeiros do Fundo onerosos, especialmente nas categorias de pequenos e grandes produtores rurais, bem como de microempresas, empresas de médio porte e de grande porte nos segmentos da indústria, agroindústria, turismo, comércio e serviços.

Não há dúvida, portanto, que a redução das taxas de juros é uma conquista e grande avanço no aperfeiçoamento relativo à aplicação dos recursos do FCO, cuja premissa básica é promover o desenvolvimento econômico e minimizar os desequilíbrios entre as regiões brasileiras, contribuindo para ampliar a geração de empregos, aumentar a renda das pessoas e estimular o crescimento da economia.

O Conselho de Desenvolvimento do Estado de Goiás (CDE), que tenho a honra de presidir e que é integrado pelos mais legítimos representantes dos segmentos organizados da sociedade goiana, está com sua atenção voltada para essa nova

realidade, consciente de que taxas de juros mais baixas vão refletir, de imediato, na maior demanda por recursos do Fundo. Isso porque empreendedores interessados em ampliar seus negócios ou promover novos investimentos terão maior motivação para fazê-lo. Taxas de juros menores contribuem para ampliar a viabilidade econômica dos negócios, já que reduzem os desembolsos da empresa no pagamento das parcelas do financiamento.

Portanto, a partir de agora, é preciso ser ainda mais seletivo na apreciação das propostas de financiamento, vinculando-as fortemente ao desenvolvimento do Estado, de modo que a aplicação dos recursos ocorra de forma harmônica, equilibrada e sustentável. Mais ainda: o CDE deverá estar empenhado em fazer com que os recursos do FCO atendam ao maior número possível de empreendedores, otimizando a aplicação do dinheiro de modo a contemplar todo o Estado, principalmente aquelas regiões que ainda precisam de atenção especial para acelerar seu desenvolvimento.



www.ffatia.com.br

FFATIA®

VI Feira de Fornecedores e Atualização Tecnológica da Indústria de Alimentação

Um prato cheio para quem procura
tecnologia e bons negócios

2008

28 a 31 outubro

Centro de Convenções de
Goiania - GO

Realização:



Coordenação Técnica

Apoio

Promoção e Comercialização



R. Cande Alvaro Zatto, 488
14025-042 - 4º andar - Fone: (011) 5081-1111
Tel/Fax +55 16 2132.8936
mkt@comexplus.com.br
www.comexplus.com.br



A gente vê o Brasil com outros olhos.



Mineração Catalão – ferronióbio
Catalão e Ouvidor (GO)



Barro Alto – ferroníquel
Barro Alto (GO)



Codemin – ferroníquel
Niquelândia (GO)



Copebrás – fosfatados
Cubatão (SP), Catalão e Ouvidor (GO)